

PAG 05



Contratou-se um empreiteiro, que nunca pôs os pés em Vilankulo

Galiza Matos Jr acusado de burlar 200 mil a um empresário local

No local da obra só foi visto um empreiteiro local com dois baldes de tinta

EVIDÊNCIAS

60 Meticais

Nosso compromisso é com a verdade

Registo: 011/GABINFO-DEP/2020

DIRECTOR: Nelson Mucandze | EDITOR: Reginaldo Tchambule | Terça-Feira, 20 de Dezembro de 2022 | Edição nº: 93 | Ano: 02

Das trapalhadas da TSU à milhares de pobres que morrem de fome

Mais um ano para esquecer



Mais um ano e novo bode expiatório chamado Guerra Rússia – Ucrânia

A reforma salarial histórica que está a ser um desastre total

DDR esbarra na falta de pensões: Guerrilheiros boicotaram enceramento da última base

Entrega de tribunais modernos nos distritos é uma nota positiva para Nyusi e Governo

PAG 04
Líder da ND defende uma investigação
S.Muchanga diz que há quem
está a lucrar com a guerra

PAG 06
Houve “Urnas fantasmas” e enchimento
OJM envolvida em fraude
eleitoral na AE-UEM

PUBLICIDADE



ATÉ O VERÃO VAI FALAR

Pacotes Plus 300 | 600 | 1200

- ✓ Fala MAHALA na Tmcel
- ✓ Mais crédito para outras redes
- ✓ Mais megas ✓ Muitos SMS

Digita *171#

tmcel
MOÇAMBIQUE TELECOM, SA

45

MP expulsa procurador indiciado de actos de corrupção

O Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público expulsou, na última semana, um procurador de Sofala, indiciado de actos de corrupção. A decisão foi tomada em sede da III Sessão Extraordinária do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público, realizada de 13 a 15 de Dezembro de 2022.



Mais um ano para esquecer e ainda

Das trapalhadas da TSU à milhares de pobres que morrem de fome

Um bode expiatório chamado Guerra Rússia e Ucrânia

A reforma salarial histórica que está a ser um desastre total

DDR esbarra na falta de pensões: Guerrilheiros boicotaram enceramento da última base

Entrega de tribunais modernos nos distritos é uma nota positiva para Nyusi e Governo

O Presidente da República, Filipe Nyusi, apresenta, hoje, terça-feira, o seu informe anual sobre o Estado Geral da Nação, num ano em que o país se ressentiu de vários choques internos e externos, oferecendo ao mais alto magistrado da nação alguns bodes expiatórios de que se queixar na hora do balanço. Os últimos sete relatórios, deste e doutro mandato, foram de um renovar de esperança, sem no entanto concluir se o Estado da Nação está bom ou não, balanço que pode vir a se repetir no presente informe, com alguns chavões de dicionário que muitas vezes não encontram respaldo na realidade. Em resumo, os moçambicanos assistiram durante o ano de 2022 a perda do poder de compra; o alastramento do terrorismo e do crime organizado, com destaque para raptos; a degradação dos sistemas nacionais de educação e saúde; o fracasso da implementação da Tabela Salarial Única (TSU); os recuos no DDR e ainda viram o seu país estar colado à Somália e Burundi como o terceiro país mais pobre do mundo. Mas o ano não foi só feito de aspectos negativos, houve também marcos positivos, com destaque para a retoma do FMI e Banco Mundial no apoio directo ao orçamento do Estado, a entrega de tribunais em vários distritos e o início de exploração de gás do Rovuma, com a entrada da plataforma flutuante, num ano em que os indicadores económicos mostraram uma tendência crescente, com o PIB a chegar nos 4 por cento, depois do retrocesso precipitado pela Covid-19.

Nelson Mucandze e Reginaldo Tchambule

Não se sabe se será desta vez que o presidente dirá aos moçambicanos que o Estado da Nação não é satisfatório, uma vez que nas condições actuais seria falta de sensibilidade do Chefe do Estado assumir um estado satisfatório. Aliás, nos anteriores informes anuais, Filipe Nyusi não foi capaz de assumir qualquer satisfação ou insatisfação, limitando-se em alistar eventos que reforcem suas frases de esperança, como se viu em 2021 quando afirmou que o Estado da Nação era de auto-superação, reversão às tendências negativas e conquista da estabilidade económica, ou em 2020 quando disse que o Estado da Nação é de resiliência, quando no ano anterior (2019) disse na casa do povo que era um estado de esperança e de um horizonte promissor.

Tradicionalmente, a cada final do ano, em cumprimento do plasmado na alínea b) do artigo

158 da Constituição da República, Filipe Jacinto Nyusi dirige-se à Assembleia da República para prestar o seu Informe Anual sobre o Estado Geral da Nação.

Saído dos efeitos nefastos da Covid-19, os indicadores económicos do país mostraram uma certa recuperação da economia, que veio a sustentar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 4,37% na primeira metade de 2022 e o Fundo Monetário Internacional (FMI) - que em Maio reabriu o acesso do país a financiamento, apontou para a segunda metade do ano um crescimento de 3,8%. Nesse contexto, o país buscava esse crescimento em meio aos impactos negativos da guerra na Europa, do lado externo, e internamente geria os impactos do terrorismo, que para além de forçar deslocados que pressionam os serviços das principais cidades de Norte, Pemba e Nampula, a acção dos insurgen-



tes precipitou o abandono do investimento da TotalEnergies, avaliado em mais de 24 mil milhões de dólares.

Apesar da alerta desta multinacional, que vem condicionando o seu retorno ao restabelecimento da paz efectiva, o governo de Filipe Nyusi pressionou a TotalEnergies a retomar as suas actividades, investindo em campanhas de que os terroristas estavam encurralados, mas a expansão das acções dos insurgentes veio mostrar que há ainda muito por ser feito em Cabo Delgado. A pressão envolvia a ajuda de Paul Kagame, que antes do encontro com o Presidente Frances, Macron, teria se reunido com Filipe Nyusi. “Nós estamos prontos”, chegou a dizer Nyusi, fazendo vista grossa às exigências da multinacional.

Mas, como diz o velho ditado, quem não tem cão caça com gato, e, como tal, enquanto o maior projecto de gás no país, considerado o maior investimento directo estrangeiro de África, continua estagnado, a maior conquista do país este ano foi o arranque da exportação de gás natural liquefeito, cujo primeiro carregamento chegou, há dias, a portos europeus. Em termos de ganhos económicos, espera-se

que o país comece a desfrutar a partir do próximo ano.

Entre êxitos e fracassos

Em mais um ano de actuações pálidas, um dos feitos que Filipe Nyusi e seu governo levaram, certamente, como trunfo ao parlamento, no que diz respeito ao capítulo de infra-estruturas, vai ser a entrega massiva de edifícios modernos de tribunais nos distritos um pouco por todo o país, no âmbito do programa um distrito, um tribunal.

Mas o mesmo não se pode dizer em relação ao estagnado programa Um distrito, Um hospital, que desde que foi lançado em 2019 nunca mais voltou a ser tido nem achado e até hoje não foi entregue nenhum hospital no âmbito da referida iniciativa que era suportada pela pasta de Desenvolvimento Rural, que o super ministro levou consigo do Ministério da Terra e Ambiente para o Ministério da Agricultura.

A isso somam-se também fracassos nos sectores de transportes e comunicações e obras públicas. A EN1 continua um calcanhar de Aquiles e apesar das promessas e perspectivas de desembolsos por parte do Banco Mundial o prazo do arranque

das obras ainda não está claro, numa altura em que se regista fraco investimento em estradas terciárias.

No sector dos Transportes e Comunicações é já indissfarçável a falta de ideias, com um sistema de transportes metropolitanos obsoleto, enchentes e o fracasso nas compensações e introdução do sistema de bilhética eletrónica. Mas o maior fracasso continua sendo mesmo a companhia de bandeira que está em falência técnica.

Mas, neste sector há uma estrela que cintila no meio dos maus. Trata-se da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, que mais uma vez justificou por que é que a sua história confunde-se com a história do país. Para além de contribuir para os cofres do Estado, destacou-se pela inovação com a nova linha de locomotivas que vieram devolver dignidade aos passageiros. O destaque vai para as automotoras que garantem o transporte de passageiros com algum conforto e segurança.

Custo de vida: Moçambique só é menos pobre que Burundi e Somália

No ano prestes a terminar, os moçambicanos assistiram à subida galopante do custo de vida, influenciada pela inflação geral de preços de combustíveis, que por três vezes sofreram aumento. A guerra Russa – Ucrânia foi o que precipitou as tais subidas, no entanto, quando o baril mostrou uma tendência de descida a nível internacional o Governo não voltou atrás, por pressão das gasolineras que continuam a chantagear o Governo que tem rabo preso, ou seja, uma dívida astronómica que não consegue pagar.

Num ano em que os moçambicanos assinalaram a passagem

Continua na pag 03

Nyusi já é oficialmente Comandante em Chefe da Força Local

A Assembleia da República aprovou, recentemente, a revisão da lei da Defesa e das Forças Armadas de Moçambique (FADM) que legitima a criação e actuação da designada da força local em qualquer jurisdição do território nacional. Neste momento, há uma força local em Cabo Delgado, que ajuda as forças conjuntas a combater o terrorismo. A revisão da lei foi aprovada por voto favorável da Frelimo que superou o não da oposição.



DESTAQUE

EVIDÊNCIAS

20 DE DEZEMBRO DE 2022

3

Continuação da pag 02

de 47 anos da independência de Moçambique, houve poucos motivos para celebrar. Apesar de ser rico em recursos naturais e estar independente há várias décadas, o país foi cotado como o terceiro mais pobre do Mundo, segundo dados do Banco Mundial, ficando somente abaixo de Estados considerados falhados como o Burundi e a Somália, o que pode ser o espelho de sucessivos falhanços nas políticas governamentais, altos níveis de corrupção e má gestão da coisa pública.

A mais nova actualização dos países mais pobres do mundo só veio confirmar a cada vez mais crescente degradação do nível de vida dos moçambicanos, numa altura em que algumas famílias já só conseguem colocar à mesa uma refeição por dia. Especialistas não têm dúvidas de que o problema do empobrecimento do nosso país tem a ver com a fraca liderança, má governação e corrupção.

Numa reportagem publicada neste jornal, publicamos o drama de diversas famílias que já só conseguem ter uma refeição por dia e ouvimos na primeira pessoa o relato de uma jovem que “só comemos carne quando vamos a uma festa ... às vezes, dormimos com fome. Só desenrascamos qualquer coisa para as crianças menores não chorarem a noite toda”, desabafou.

Os números não mentem. Segundo o Banco Mundial, Moçambique é o terceiro país mais pobre do mundo, com base na Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, estimada em \$ 460 dólares. Os países mais pobres do mundo são classificados como economias de baixa renda no sistema de classificação de quatro níveis do Banco Mundial. Esse ranking é baseado na renda nacional

bruta (RNB) per capita de cada país, que é uma medida da renda total do país dividida por sua população. O RNB é muito semelhante ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

Ambas as métricas medem o valor em dólares de todos os bens e serviços produzidos em um determinado país, mas o RNB também inclui a renda obtida por meio de fontes internacionais (como investimentos estrangeiros ou imóveis). Por esse motivo, o RNB é considerado uma medida um pouco mais precisa da saúde económica de um país.

Entre os países mais pobres do mundo, Moçambique, independente há mais de 40 anos e com enormes reservas de recursos naturais, só fica atrás do Burundi e Somália, dois Estados falhados que ocupam a primeira e segunda posição, respectivamente, e que têm sido governados de forma sazonal.

TSU: De uma reforma salarial histórica a um autêntico falhanço

À margem de aumento de custo, Moçambique ensaiou e tentou uma reforma na Administração Pública, que trouxe mais caos que a revolução salarial esperada. Trata-se da implementação da Tabela Salarial Única, que foi anunciada às pressas, com o objectivo de abrandar os focos de insatisfação do público, que vinham mostrando um alastramento, chegando-se a convocar manifestações pelas redes sociais.

O governo precisava de uma boa notícia e o resgate precipitado de um documento pensado em 1998, mas nunca antes implementado, foi a boa notícia que o Governo encontrou para prometer atenuar a perda do poder de compra pelos mo-

çambicanos face a subida dos preços.

Mas a precipitação de implementar um documento com problemas sérios de concepção e ornado de erro resultou num caos da função pública, com as diversas classes da função pública a ameaçar entrar em greve e a criticar o Executivo por ter aumentado o salário das chefias.

Resultante da TSU, até ao momento, os médicos ainda estão em greve, as pessoas estão a morrer nos hospitais por falta de atendimento especializado adequado, enquanto o governo sob quem recai a responsabilidade sobre o bem-estar dos moçambicanos assobia para o lado.

Para além dos médicos, os professores entraram também em greve, os funcionários do próprio Ministério das Finanças paralisaram actividades e até polícias ameaçaram paralisar tudo. Como se tal não bastasse, há neste momento um murmúrio dos funcionários das 53 autarquias do país que até hoje não foram contemplados pela TSU, de tal sorte que o salário mínimo continua abaixo de cinco mil.

Mas nem tudo são más notícias. Houve uma grande valorização da base. O salário mínimo duplicou e nas Forças de Defesa e Segurança triplicou, embora os licenciados estão descontentes porque esperavam ser enquadrados como outros do seu nível do quadro comum. De resto, há muitos que estão a sorrir com a TSU, mas também há muitos que não têm motivos para estarem felizes.

DDR esbarra na falta de pensões e guerrilheiros boicotaram encerramento da última base

Um dos triunfos do Executivo Nyusi, que deverão ser hasteados no parlamento, tem a ver com o fim das incursões da junta Militar, grupo rebelde da Renamo, que desde a morte do seu líder desapareceu completamente. Aliás, este ano, alguns dos antigos filiados deste grupo começaram a aderir o DDR. Como resultado, não há relato de um tiro sequer na zona Centro do país este ano. É obra.

Mas como em pano branco cai a nódoa, o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos Homens Armados da Renamo está a conhecer momentos de alguma tensão. Esta segunda-feira, estava marcado o início do processo de desmobilização da última base da Renamo, em Gorongosa, mas o processo acabou não arrancando devido a alegado boicote dos guerrilheiros, que já não vêem vantagem em entregar as armas, porque as prometidas pensões nunca saem e já lá se vão dois anos.

Neste momento, a denúncia vem de todas as partes, com militares a denunciarem integração

no DDR de pessoas que nem são militares, e integrantes a denunciar falta de subsídios, enquanto que a nível político celebra-se o sucesso do encerramento das bases da Renamo. Há relatos até de reagrupamento de alguns guerrilheiros, que apoiados por alguns políticos já projectam voltar às matas, o que pode colocar por água abaixo todo o esforço até aqui empreendido.

Na semana passada, o presidente da Renamo, Ossufo Momade, acusou o executivo, e directamente ao Presidente Nyusi, pela estagnação do DDR, denunciando um pretensão plano de querer forçar os guerrilheiros a perderem a cabeça.

O julgamento das dívidas ocultas foi um alívio para o Executivo Nyusi, na medida em que veio atender os ensejos dos que exigiam responsabilização dos envolvidos no calote, mas foi a ruptura de alas dentro do partido, que apesar de nada dizer aos moçambicanos pode influenciar a administração pública, na medida em que se trata de um partido que se serve do Estado para sobreviver.

AVISO

A Direcção Comercial da **LCL-Lúrio Comunicação, Lda.**, proprietária do Jornal Evidências avisa a todos clientes que tenham facturas em atraso, relativas à subscrição do ano 2022 para procederem com a regularização no prazo máximo de trinta dias. A não regularização dentro do prazo estabelecido, poderá afectar o fornecimento do jornal para o ano 2023, cujo processo de renovação já iniciou.

Departamento Comercial: Cidade de Maputo, Av. 24 de Julho nº 4318, 1º andar esquerdo

Contactos: E-mail: comercial@evidencias.co.mz | admin@evidencias.co.mz | 861738891 | 840401038

PUBLICIDADE

VISITE
GAZA
UM DESTINO TROPICAL RICO EM PRAIAS, PARQUES E LAGOS.



Compre já LIGUE PARA 1737 VISITE LOJAS LAM, AGÊNCIA DE VIAGENS OU WWW.LAM.CO.MZ

Agora com 2X VOOS POR SEMANA

SEXTA-FEIRA MAPUTO - 11:30 ➔ XAI-XAI - 12:10
SEGUNDA-FEIRA XAI-XAI - 16:00 ◀ MAPUTO - 16:40

VOO PERMITE CONEXÃO PARA BEIRA ◀



Trabalhadores penhoram 118 bens da Cimentos de Moçambique

A Cimentos de Moçambique (CM) encontra-se mergulhada numa crise sem precedentes. Para saldar as dívidas que tem com os seus trabalhadores, referentes aos salários, o Tribunal Judicial da Província de Maputo deu aval aos trabalhadores para penhorarem 118 bens, entre eles, cinco edifícios, três armazéns, maquinaria e diverso material de escritório.



Líder da Nova Democracia defende uma investigação minuciosa

Salomão Muchanga diz que há quem está a lucrar com a guerra em Cabo Delgado

Nova Democracia reafirmou seu vigor no seu primeiro Congresso em Nampula
“Assiste-se em Moçambique a pior estagnação gerencial de que se tem história”
“Cercaram as nossas vontades e capturaram as nossas liberdades”, Muchanga

A chamada capital da zona Norte, ou seja, cidade de Nampula, foi, entre os dias 17 e 18 do corrente mês de Dezembro, palco do primeiro e histórico Congresso do Movimento Nova Democracia (ND). No seu discurso dirigido a uma enorme legião de congressistas oriundos de todos os cantos do país, o líder da ND, Salomão Muchanga, teceu duras críticas à actual governação do país, tendo igualmente exigido uma análise minuciosa dos interessados internos e externos para perceber quem está a lucrar com o negócio da guerra na zona norte do país, numa altura em que já há indícios de negociações entre as elites nacionais e ruandesas, para além de desembolsos directos a favor do Ruanda em nome do combate ao terrorismo no nosso país. Por outro lado, para além de analisar a situação política, económica e social do país e tomada de posição, o partido que pretende ser uma alternativa para os moçambicanos nos próximos pleitos eleitorais elegeu Madà Madjila, socióloga de 30 anos de idade e natural de Nampula, como secretária-geral e os 13 membros da Comissão Política.

Evidências

O Movimento Nova Democracia já começou a traçar as estratégias para os pleitos eleitorais que se avizinham. A realização do primeiro Congresso que juntou delegados de todas as províncias do país foi, diga-se, mais uma oportunidade para o líder da ND disparar críticas contra o Governo de Filipe Jacinto de Nyusi.

De acordo com Salomão Muchanga, o país atravessa uma das piores crises económicas quando se caminha para os 50 anos da proclamação da independência nacional.

“Nestes quase 50 anos de Independência Nacional assiste-se, em Moçambique, a pior estagnação económica e gerencial de que se tem história, transformando o país numa das piores economias da região, saída de uma posição de destaque em 1975, para hoje sucateada estar entre os piores da região, de África e do mundo”, referiu, para depois falar das mulheres que têm sido alvo de violações sexuais em vários cantos do país.

“Na Beira mulheres são violadas sexualmente e brutalmente assassinadas. Lá os homens assassinados. São empresários de todo o país que tem que pagar taxas de sobrevivência para

escapar sequestros. São vítimas de terrorismo a trocar donativos por sexo, atrocidades protagonizadas incluindo por quem tem o dever de proteger no modelo Matalana e Ndlavela. São legislações que atentam contra os medias e a liberdade associativa a emergirem. Crianças traficadas e exploradas. Agricultores que alimentam a economia, a perder suas terras porque o Governo colocou a nova política de terras ao serviço do capitalismo subalterno”, denunciou Muchanga, num discurso que foi depois replicado nas redes sociais e aclamado por gente de todos os extractos, incluindo membros seniores dos dois maiores partidos da oposição (Renamo e MDM).

Prosseguindo, Muchanga denuncia que os actuais governantes transformaram o património do Estado em propriedade privada, tendo igualmente criticado o actual estágio do sector da saúde no país.

“Ofereceram-nos e desenvolveram um país do crime organizado e do colarinho branco em que a intimidação, cooptação e a captura de personalidades vinca como critério de elegibilidade para qualquer coisa. Cercaram as nossas vontades e capturaram as nossas liberdades.



des. Transformaram a maioria do património nacionalizado em propriedade privada, capturaram todos os negócios para as elites, do seu grupo e venderam e vendem o país aos pedaços aos seus confrades ocidentais e orientais. Marginalizaram o sistema de saúde construído com muito sacrifício de filhos desta pátria, desarrumando toda a logística para que morra mais gente”, destaca.

Muchanga denuncia privatização do exército e polícia pelo partido Frelimo

Para além de denunciar a violação dos direitos consagrados na Constituição da República, Muchanga destacou a destruição do tecido empresarial do Estado e a privatização do exército e da polícia pelo partido Frelimo.

“Destruíram a máquina administrativa do Estado instalando o nepotismo, a corrupção a todos níveis e o clientelismo. Reviraram as Forças Armadas e a Polícia da República para servir interesses de grupos e vão introduzindo mecanismos de desestabilização militar e política para justificar a sua permanência no poder, dominar as maiorias, não permitindo o exercício de direitos cívicos comuns aprovados e garantidos

por Leis. Assiste-se ao abandono da gestão pública no geral, mataram todas as empresas públicas, tornando-as não rentáveis, com a retirada dos meios financeiros que produzem para fins próprios”, aclarou.

No que a situação de terrorismo na província de Cabo Delgado diz respeito, o líder da Nova Democracia exige uma análise minuciosa para se perceber que está a tirar devidos dos ataques que já fizeram mais dois mil mortos e mais de um milhão de deslocados.

“Moçambique está a atravessar um contexto de terrorismo cuja resposta requer uma análise cuidadosa e multidimensional das suas causas e agentes facilitadores. Exige uma análise minuciosa dos interessados internos e externos para perceber quem está a lucrar com o negócio da guerra ontem só em Cabo Delgado, hoje em Nampula e Niassa e, amanhã não sabemos em que outra parte do país. É preciso investigar porque os ente público assobiam para o lado desde 2012, altura em que lideranças comunitárias e religiosas de Cabo Delgado alertaram sobre movimentos desusados naqueles territórios e em algumas mesquitas”, disse, desconfiando que algumas elites podem

Nas entrelinhas, para mudar

o actual quadro sócio-económico do país, Salomão Muchanga instou os militantes do seu partido para reconquistar a independência de Moçambique e desenvolver sectores sociais de assistencialismo através da prestação de serviços baseados nas reais necessidades colectivas dos cidadãos, mulheres e homens, crianças e jovens, adultos e idosos, com ou sem deficiência.

ND elege Madà Madjila (30 anos) como secretária-geral

O primeiro Congresso serviu, por outro lado, para a eleição dos órgãos sociais do partido. Madà Madjila, socióloga de 30 anos de idade e natural da província de Nampula, foi eleita secretária-geral do Movimento Nova Democracia.

Para além da nova secretária-geral, foram igualmente eleitos os 67 membros que passaram a compor o Comitê Executivo Nacional, sendo que para a Comissão Política foram indicados 13 membros.

Com as próximas eleições autárquicas no horizonte, o Movimento Nova Democracia validou, durante o primeiro Congresso, o perfil dos candidatos e presidentes dos conselhos autárquicos nas eleições de 2023.

OCS defende que greve dos médicos viola direitos dos utentes

Os médicos ainda continuam em greve devido às irregularidades detectadas na implementação da Tabela Salarial Única. Observatório Cidadão para Saúde (OCS) legítima as reivindicações da classe médica, contudo defende que a greve coloca em causa o atendimento adequado dos pacientes, visto que muitos serviços foram interrompidos.



De doação para reabilitação de um edifício destinado ao SERNIC

Galiza Matos Jr acusado de burlar 200 mil a um empresário local

Contratou-se empreiteiro, mas este nunca foi visto em Vilankulo

No local da obra só foi visto um empreiteiro local com dois baldes de tinta

O administrador de Vilankulo, Edmundo Galiza Matos Júnior, está a ser acusado de um suposto desvio de aplicação de um total de 200 mil meticais, resultantes de um donativo de um empresário local, que se destinava à reabilitação de uma casa onde deveria estar a funcionar o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) ao nível daquele ponto do país. O dinheiro foi desembolsado em Agosto do ano em curso em duas tranches, mas até agora as obras que deviam durar três meses continuam estagnadas. No entanto, em conversa telefónica com o jornal, Galiza Matos Júnior garantiu conhecer o assunto, mas limitou-se a ameaçar o jornalista e dizer que está a ser vítima de perseguição por parte de pessoas bem identificadas. Para mais esclarecimento remeteu-nos ao empresário lesado.

Jossias Sixpence

Tudo começa em Julho do presente ano, quando após tomar conhecimento que o SERNIC tinha sido concedido um terreno mas não tinha condições para erguer a sua sede no

raiz.

E porque a proposta vem do topo e podia poupar tempo e recursos, a direcção do SERNIC em Vilankulo concordou e em pouco tempo foi enviada

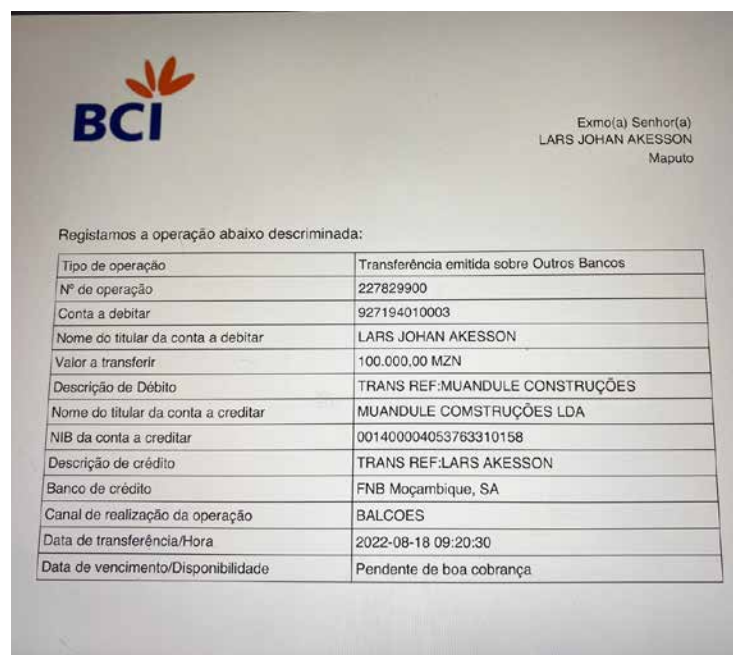


distrito de Vilankulo, um empresário local, de nome Johan Akesson, do ramo de construção e fornecimento de equipamento eléctrico, prontificou-se a apoiar a corporação com um donativo de quatro mil blocos para a construção da infra-estrutura.

Sucede que como de praxe a informação foi partilhada com o administrador de Vilankulo, Edmundo Galiza Matos Júnior, que de pronto assumiu as rédeas das negociações com o empresário.

Como tal, Galiza Matos Júnior identificou um edifício abandonado, anexo à casa de hóspedes a nível daquele ponto do país, e solicitou que em vez de oferecer quatro mil blocos, o empresário apoiasse as autoridades locais na reabilitação daquela infra-estrutura que seria alocada ao SERNIC, sem precisar erguer um edifício de

ao empresário uma cotação no valor de 200 mil meticais, que cobriria todo o trabalho de acabamentos do edifício, que



consistia na pintura em primeira e segunda mão, colocação de



vidros nas janelas e trabalhos conclusivos de canalização dos drenos e fossas.

Preocupado em ajudar, o jovem empresário Johan Akesson desembolsou o valor em duas tranches de 100 mil meticais cada (09.09.2022 e 18.08.2022) a favor da empresa Muandula construções LDA, tal como ilustram as cópias dos bordereaux na posse do Evidências. A obra, segundo o plano de actividades, devia ter sido entregue em três meses, mas volvidos quase cinco meses pouco foi feito.

Segundo apurou o Evidências, do trabalho previsto, nomeadamente fornecimento de tinta PVC e pintura das paredes, incluindo a parte exterior dos guarda chapins, com primeira e segunda mão; fornecimento e pintura com tinta

de vidros no edifício, apenas a primeira actividade é que foi executada.

de uma fonte especializada não chega a ultrapassar 50 mil meticais, mesmo sendo tomado por excesso.

Esta situação está a levantar alguma estranheza ao nível de Vilankulo, com algumas vozes a suspeitarem que o dinheiro pode ter sido desviado e, há até, quem traça alguma proximidade entre o administrador e o empreiteiro, seleccionado por este a dedo, sem nenhum concurso público.

Reforça esta tese o facto de esta empresa ser oriunda de Maputo, local de precedência

Item	DESCRIÇÃO	Un	Qty	Preço Unitário	Total Meticals	
TRABALHOS PRELIMINARES						
1	Todos os itens desta Lista de Quantidades deverão ser considerados como Fornecimento e aplicação, em regime de série de preços.					
1.1	Todas as actividades deverão ser executadas em conformidade com as especificações do cliente. Havendo dúvida sobre as mesmas, o empreiteiro deverá sempre solicitar por escrito.					
1. MOBILIZAÇÃO						
1.1.1	Mobilização e Desmobilização dos equipamentos necessários na obra	Vg	1,00	19.574,46	19.574,46	
					Sub-Total	19.574,46
A. PINTURA						
A.1 PINTURA DE EDIFÍCIO						
A.1.1	Fornecimento de tinta pvc e pintura das paredes, e a parte exterior dos guarda chapins com primeira e segunda ademo todos os trabalhos necessários para um bom acabamento,	m²	245,44	450,00	110.448,00	
A.1.1.1	Fornecimento e pintura com tinta esmalte das portas, rodapés e corredor dos camaris com primeira e segunda ademo todos os trabalhos necessários para um bom acabamento,	m²	77,68	380,89	29.587,54	
					Sub-Total	140.035,54
B. VIDROS FOSSAS DRENOS						
B2 VIDROS						
B.2.1	Fornecimento e montagem de Vidros no edifício e todos os trabalhos necessários para um bom acabamento,	m	35,00	1.154,00	40.390,00	
					Sub-Total	40.390,00
					Sub-Total (B)	180.425,54
carrimbo e assinatura						
Prazo de execução ___ dias úteis após o pagamento						
FNB NIB:001400004053763310158 - CONTA: 4053763310001					SUBTOTAL	200.000,00
					IVA 17%	
					TOTAL MZM	200.000,00

O Evidências esteve no local e verificou que houve semente uma intervenção paliativa no edifício pintado a branco. As portas e janelas continuavam sem nenhuma pintura e no lugar de vidros está ainda colocado papelão reaproveitado de caixas.

Contratou-se um empreiteiro, mas apenas se viu um jovem com dois baldes de tinta

Segundo fontes locais, apesar da obra ter sido adjudicada à empresa Muandula Construções Lda, no local apenas foi visto um jovem pintor que reside no bairro do aeroporto, com dois baldes de tinta com que pintou a parte exterior e interior em duas mãos e nada mais, o que segundo cálculos

de Galiza Matos Júnior, em detrimento de empreiteiros locais com capacidade comprovada. Aliás, foi o próprio administrador quem solicitou a cotação em nome do benfeitor e enviou a este.

O Evidências esteve no terreno a apurar e durante o processo de reabilitação não houve nenhum empreiteiro alocado para fazer o trabalho como inicialmente foi acordado, e até aqui nada justifica os 200 mil do donativo do empresário. Neste momento, o Serviço Nacional de Investigação Criminal em Vilankulo continua a trabalhar num pequeno compartimento anexo ao Comando da Distrital da Polícia da República de Moçambique.

Mais um empresário raptado em Maputo

O crime organizado continua a exibir a sua musculatura perante o olhar impávido das autoridades da lei e ordem. Na última semana, o empresário Hayyum Alimamade foi raptado por homens armados na cidade da Matola, Província de Maputo. Ainda se desconhece o paradeiro da vítima, e o Serviço Nacional de Investigação Criminal diz ser prematuro avançar qualquer informação.



“Urnas fantasmas”: Fórmula da fraude chega à academia

OJM acusada de orquestrar fraude nas eleições do presidente da Associação de Estudantes da UEM

Uma das urnas tinha 716 votos pré-votados a favor do candidato da Frelimo

Exclusão de candidatos, aparecimento de urnas fantasmas, envolvimento do braço juvenil do partido Frelimo e uma tomada de posse “à calada da noite” é o saldo das eleições da Associação dos Estudantes da Universidade Eduardo Mondlane (AEUEM), um processo, de todo, inquinado de ilegalidades e que está a ser contestado por uma parte considerável dos estudantes da maior e mais antiga universidade do país, que na última sexta-feira chegaram a manifestar-se junto da reitoria, exigindo a reposição da verdade eleitoral.

Renato Cau

É que, segundo apurou o Evidências, o processo terá sido supostamente viciado pela Organização da Juventude Moçambicana (OJM), que para além de impor a substituição de um dos candidatos terá levado ao espaço da academia a fórmula fraudulenta com que se ganham eleições.

Segundo Evidências apurou, o pleito foi manchado pelo aparecimento de “urnas fantasmas” no momento de contagem e quando os candidatos derrotados ainda esperavam pelos resultados dos seus esforços de impugnar os resultados são surpreendidos com antecipação da tomada de posse, que acabou acontecendo à revelia três dias antes da data prevista.

Mas tudo começou com o lançamento do edital, onde de acordo com o regulamento interno qualquer estudante, querendo, podia concorrer, desde que reunisse requisitos. Três candidatos, apresentaram-se, nomeadamente Diamantino Atanásio Mário (lista A), Nabí José Raimunido (lista B), e Onório Eduardo António (lista C).

Mas a disputa que devia ser de estudantes acabou transcendendo para o campo político, com a OJM, que sempre manipulou as eleições naquela organização, a impor o candidato da Lista C, Onório Eduardo António, por sinal membro do braço juvenil do partido Frelimo.

Mas porque os demais candidatos mostravam uma grande pujança e preferência

durante a campanha, foi acionada a máquina de fabricação de vitórias retumbantes, esmagadoras e asfixiantes. As eleições decorreram nas 28 faculdades da UEM, e no meio do processo a comissão eleitoral decidiu mudar as regras de jogo e impor que urnas que continham os votos deviam todas ser abertas e feita a contagem em único local, o que significa movimentar as urnas de um lado para o outro. Aí começou a desconfiança, mas garantiu-se que deveriam lá estar os delegados de cada lista.

Em meio a desconfiança de uns para com os outros, as urnas foram cautelosamente monitoradas pelos delegados, mas estes foram enganados debaixo dos seus olhos. Na sala onde decorreu a contagem apareceram algumas urnas não identificadas e com votos muito acima dos 120 previamente definidos, o que denuncia que houve enchimento de votos.

Na verdade, as urnas estavam identificadas em faculdades de ensino (ex: faculdade de Direito, de Economia, de Ciências Sociais etc), mas algumas destas urnas identificadas sumiram e apareceram nove que não continham identificação. As urnas normais tinham cerca de 70 a 120 votos.

Enchimento a moda Gaza

Entretanto, no decurso da contagem descobriu-se que as urnas, a partir da 12ª a 17ª, não tinham identificação e já



tinham votos que roçavam a casa dos 300, chegando a haver dezenas de votos sequenciados a favor do candidato da lista C, Onório Eduardo António. Tal facto chamou a atenção de todos presentes, mas a contagem e validação dos votos não parou.

Mas o cúmulo do esquema foi verificado quando a 17ª urna continha 716 votos, “todos eram de um e único candidato, neste caso da lista C, e ninguém sabe explicar como”.

Irritados com o cenário, os delegados doutras mesas eleitorais iniciaram uma manifestação no local, tendo forçado a comissão a cancelar o processo.

“Nós sugerimos no mesmo instante que o candidato da lista C fosse desqualificado e todas aquelas urnas fantasmas retiradas, passando a validar aquelas que estavam devidamente identificadas, infelizmente isso não aconteceu”, refere uma fonte, para depois revelar que para o espanto de todos a contagem dos votos continuou em outro local, e na manhã do dia 14 de Dezembro, “eis que a comissão emite um comunicado anunciando o vencedor das eleições e dava o prazo de três dias para submissão de reclamações”, dizia.

Antecipação da tomada de posse

Mas o escândalo não pára por aí. O calendário de actividades mostrava que o dia 14 estava reservado à publicação dos resultados das eleições, dias 15, 16 e 17 estavam reservados para casos de reclamações, dia 18 dia de publicação dos resultados finais e, esta segunda-feira, dia 19 de Dezembro seria o dia de tomada de posse.

Não se sabe como, mas a comissão eleitoral já veio a público anunciar que o candidato da lista C tomou posse no dia 16, ou seja, enquanto os candidatos da lista A e B buscavam reclamar os resultados, o estudante Onório Eduardo António tomava posse como novo presidente da associação de estudantes da maior universidade pública do país.

Neste cenário, os estudantes que preferem não se identificar por temer represálias dizem ter certeza que “este processo está sendo colocado a questão do partidário dentro da instituição e todos têm que estar alinhados com a OJM aqui na UEM, tanto que todos já sabiam que um dos requisitos para se dar bem neste processo era fazendo parte do partido ou da OJM, porque lá

você conseguiria apoiantes”.

No mesmo dia 16 de Dezembro, os outros dois candidatos a presidência submeteram formalmente as suas reclamações junto da comissão de eleições da universidade, “mas sequer passaram 10 minutos e fomos chamados para levantar os documentos e os mesmos tinham sido estranhamente indeferidos”.

Houve outro escândalo e o processo chegou a reitoria da universidade dirigida por Manuel Guilherme Júnior, mas a mesma nada fez com relação a este caso. Os estudantes insatisfeitos com o cenário contam que solicitaram a presença de alguns órgãos de comunicação.

“Demos entrevistas, falamos das nossas inquietações para que talvez o assunto fosse resolvido, e mais uma vez tivemos a certeza das nossas palavras, as reportagens não passaram em nenhuma televisão ou órgão que esteve lá naquele dia”, lamentaram.

Depois disso seguiram-se as ameaças e segundo relatam “o registo académico tentado nos calar, já recebemos ameaças de alguns jovens grandes da OJM e do próprio registo académico. Chegaram a nos dizer que nós somos jovens com um longo caminho pela frente, então temos que evitar certas coisas”.

Registro: 011/GABINFO-DEP/2020

**DIRECÇÃO | REDACÇÃO E
ADMINISTRAÇÃO**

Avenida 24 de Julho; nº 4318; 1º andar
esquerdo; Cidade de Maputo

DIRECTOR EDITORIAL:

Nelson Mucandze | 84 6198544 |
mucandze@evidencias.co.mz

EDITOR:

Reginaldo Tchambule | 828683866 |
r.tchambule@evidencias.co.mz

ADMINISTRAÇÃO:

Ângela Fortunato

| admin@evidencias.co.mz
Contacto: +258 840401038 |

COMERCIAL:

| comercial@evidencias.co.mz
Contacto: +258 856469447 |

REDACÇÃO

Email: redacao@evidências.co.mz

JORNALISTAS: Duarte Siteo,
Renato Cau e Aldo Matsinhe |

REVISOR: Wells Matsinhe | **EXPANSÃO:**

Gil Massingue - Cell: 843581907 e
Edmilson Mate Cell: 847574905 |

CORRESPONDENTES: **Beira** - Jossias
Sixpence | **Nampula** – Francisco Máquina,
Pemba - Arnaldo Portugal

COLUNISTAS EFECTIVOS: Luca Bussotti,
Afonso Almeida Brandão, Alexandre Chiure,
Teodósio Camilo

Propriedade de:



Lúrio Comunicação Lda

Numero de Registro de Entidade
Legais: 101353478

Um 2023 para sair da sombra

Esta é a nossa última edição de 2022, um ano de muitos desafios cuja resposta a estes não se mostrou eficaz, e como efeito, os moçambicanos terminam digerindo o fracasso das respostas que do fardo dos próprios malefícios.

É exemplo disso a TSU, uma reforma administrativa Pública que criou enormes expectativas, colocando nos moçambicanos a nostalgia da TSA, quando o sonho de um salário melhorado se mostrou um fardo que hoje está a custar vida aos pacientes que buscam pela saúde nos hospitais. O julgamento das dívidas ocultas é um outro exemplo de como logramos insucesso na busca de respostas aos desafios que, afinal, seus malefícios que transcendem o ano de 2022.

É exemplo de fracasso porque nem foi capaz de repor um quarto dos danos dos dois mil milhões de dólares das dívidas ocultas, muito menos arrolar para responsabilizar os barões que engendraram a nível político. Foi aplicada aos bodes expiatórios (?) que identificaram a bolada ou a oportunidade para calote, penas que incentivam o desvio da coisa pública, pois todo o moçambicano viu que afinal compensa desviar uns tantos milhões de dólares e ir a cadeia cumprir um punhado de anos.

Na educação foi nos exposto o pior, depois de tudo que vimos continuamos a assistir a uma corrida desenfreada de destruir o saber, até os exames de admissão da semana passada não escaparam de erro, como que a cuidar que a nossa incompetência deve destruir também os que estão por vir.

Os exemplos dos malefícios que reprovaram a nossa capacidade de antecipar as respostas são vários e não podem caber neste editorial. O pomposo anúncio da retoma do Banco Mundial e FMI não conseguiu atenuar o fardo de uma economia ruída pela corrupção, que balan-

ça a cada choque externo e sem um plano de mérito de resgate, a não ser iniciativas com objectivos meramente políticos, como bem se viu com PAE, onde o Executivo teve de ser criticado para o pôr em prática.

A entrada em cena da plataforma flutuante, com exploração iniciada em Outubro passado, foi uma gota no oceano, pois era expectável que a estas alturas estivesse também a carburar o projecto maior e mais lucrativo, liderado pela TotalEnergies, que no ano passado foi forçado a abandonar o terreno por força do terrorismo, um mal que para além de limitar grandes investimentos do país, vem ceifando, em actos bárbaros, vidas de moçambicanos.

Estes fragmentos que ilustram os desafios de um país por se construir foram manchete neste jornal, destacados com letras garrafas, não para colocar para baixo um Moçambique que já está no fundo, mas para chamar atenção do piloto deste barco para que não se adie as soluções. Afinal, ficou claro de que mais do que desafios, o problema de Moçambique, e África em geral, tem a ver com as lideranças.

E, enquanto jornalistas, a nossa contribuição se limita nestas linhas, num esforço de ter uma sociedade mais formada e informada, de modo que esta participe nas soluções. Apreciamos, neste momento de balanço, saber que formamos consciências e ajudamos a influenciar políticas em prol do desenvolvimento do nosso país. Nosso exercício de cidadania pode ser medido também pela qualidade da educação que temos, dos serviços públicos, das lideranças, que no lugar de reflectir a vontade colectiva de todos os moçambicanos, acaba por reflectir a vontade da minoria que ousa participar e manipular a máquina, enquanto que a maioria, descrente nos nossos processos políticos, fica na sombra a reclamar de tudo e de todos, sem ao menos sujar as mãos.

Capturados três confessos terroristas no distrito de Nangade

Três cidadãos que alegadamente confessaram fazer parte do grupo de terroristas que desde 2017 têm estado a fazer incursões nos distritos de Cabo Delgado foram capturados pela população do distrito de Nangade, na semana finda, quando tentavam fugir para locais longe de operações das forças conjuntas moçambicanas e da SADC.

Evidências

Fontes disseram ao Evidências que os três terroristas foram capturados na aldeia Lissulo, cerca de cinco quilómetros da sede do distrito de Nangade, quando passavam em machambas da população, sem armas e pastas, como habitualmente são vistos pela população local.

Quando interpelados, depois de um cerco de todas as pessoas que estavam nas referidas machambas, disseram que eram pessoas de boa fé, porém não apresentaram os códigos usados pela população como forma de comunicação para quem ausentar da aldeia, uma tática de vigilância para identificar quem não faz parte da comunidade.

Por não terem apresentado o código, explicaram as fontes, os três terroristas fo-



ram de seguida encaminhados às autoridades, tendo sido neutralizados pelas Forças de Defesa e Segurança.

Na comunicação com os populares, em língua Kiswahili, os três terroristas disseram que eram naturais de Tanzânia, concretamente na região de Kigoma, e a sua intenção era chegar à Mocimboa da Praia, numa tentativa de fuga das operações das forças conjuntas moçambicanas e da missão da SADC, que desde Novembro intensificam contra suas pequenas bases.

Detidos dois cidadãos na posse de pontas de marfim em Pemba

Há muitos dias que não se reportava casos de abate de elefantes no Parque Nacional das Quirimbas, a mais importante área de conservação em Cabo Delgado, porém as autoridades frustraram uma tentativa de comercialização de pontas de marfim na última sexta-feira, e suspeita-se que os animais foram abatidos no distrito de Meluco, Centro da província.



Meluco está dentro do Parque Nacional das Quirimbas e é descrito como sendo o santuário da fauna bravia e flora.

Segundo o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) em Cabo Delgado, as duas pessoas já estão a ver o sol

aos quadradinhos e as pontas de marfim, com peso estimado de 16 quilogramas, estão sob custódia das autoridades.

A porta-voz daquela instituição, Noémia João, disse à jornalistas que além dos dois detidos, há mais integrantes no negócio, que se encontram no distrito de Meluco, de onde são provenientes as duas pontas.

Noémia João promete que o SERNIC vai neutralizar os outros envolvidos, por exemplo, responsáveis pelos instrumentos usados para abate de elefantes e levar à tribunal pelo crime de abate e tráfico de espécies protegidas e proibida por lei.

Mais de 75% dos agricultores não têm assistência técnica

O Fundo de Fomento Agrário tornou público que registou um aumento de mais de dois mil extensionistas entre 2020 e 2022. No presente, existem em todo território nacional cerca de quatro mil extensionistas. Contudo, o FFA referiu que são necessários mais vinte mil para dar assistência técnica a cerca de 4,2 milhões de famílias que vivem com base na agricultura.



Ministério Público expulsa magistrado por corrupção

O órgão de gestão e disciplina dos magistrados do Ministério Público expulsou mais um magistrado por corrupção, no decurso da III Sessão Extraordinária do Plenário daquele órgão, que teve lugar entre os dias 13 e 15 de Dezembro corrente.

nheiro para facilitar a soltura de um recluso condenado e outro foi expulso por receber dinheiro para facilitar a entrega de uma viatura apreendida



De acordo com a nota de imprensa emitida pela Procuradoria-Geral da República (PGR), a expulsão resulta da violação dos deveres e princípios profissionais, designadamente, legalidade, dignidade, lealdade e honestidade.

Sem revelar o nome (algo recorrente na magistratura do Ministério Público), a PGR explica que o referido magistrado recebeu dinheiro para facilitar a soltura de um arguido preso, indiciado pela

prática de crime de homicídio involuntário. Também não avança o valor que o indivíduo recebeu.

Segundo a PGR, o magistrado expulso tinha a categoria de Procurador da República 3ª e estava afecto à Procuradoria Provincial de Sofala.

Lembre-se que em Julho passado, o órgão expulsou dois procuradores também acusados de corrupção. Um foi expulso por receber di-

a um cidadão.

Refira-se que, em Novembro passado, o Conselho Superior da Magistratura Judicial expulsou dois juizes por desvio de fundos.

Dados da PGR indicam o aumento, a cada ano, de casos de corrupção envolvendo magistrados judiciais e do Ministério Público. Em 2021, por exemplo, foram tramitados 25 processos criminais contra magistrados, contra 22 instaurados em 2020.

AT reconhece Evidências

O Jornal Evidências, recebeu semana passada, uma Menção Honrosa da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), em reconhecimento ao trabalho desenvolvido na divulgação de matérias fiscais durante o ano em curso.



A Menção Honrosa foi entregue pela presidente da AT, Amélia Muendane, durante um seminário de so-

cialização, que juntou os Órgãos de Comunicação Social e a instituição que, para além de fazer balanço da interacção com a mídia, fez a apresentação da estratégia de comunicação para o próximo ano.

Muendane afirmou que a comunicação social constitui um parceiro estratégico para a sua instituição e apelou aos gestores das empresas da mídia em particular, e aos jornalistas, em geral, para continuarem a trabalhar de braços dados com a Autoridade Tributária na divulgação de conteúdos fiscais, irregularidades e crimes tributários, incluindo acções de educação fiscal e popularização do imposto

CNE gastou 3.4 bilhões de meticais para recuperar material antigo

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) justificou que não foi preciso recorrer a Concurso Público para gastar 3.4 mil milhões de meticais para comprar e recondicionar o material para o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas de 2023. A CNE mostrou-se, por outro lado, feliz com o adiamento do processo para Abril e reiterou que até Janeiro todo material deverá chegar ao país.



50 anos do Massacre de Wiriyamu

Extremista André Ventura dá um *show* de ignorância e culpa Moçambique pela atrocidade colonial

E defende que Moçambique deve pedir desculpas aos portugueses

Numa semana em que de várias figuras importantes da política portuguesa chegaram mensagens de conforto e pedido de perdão a Moçambique e seu povo pela memória trágica do massacre de Wiriyamu, na província de Tete, cujos 50 anos foram celebrados semana finda, na manhã da passada sexta-feira, o Parlamento português viveu momentos de tensão devido a palavras pouco polidas usadas pelo líder do Chega, André Ventura para desvalorizar o apelo do presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, para que os portugueses se retratassem com os moçambicanos pelo referido massacre, perpetrado durante a Guerra Colonial.

Tudo começou quando Augusto Santos Silva assinalou a data do massacre de Wiriyamu através de um vídeo nas redes sociais, a defender que é dia de pedir perdão a todas as vítimas do massacre cometido pelos militares portugueses e pela polícia política na era colonial.

As palavras de Santos Silva não terá agradado a André Ventura, que numa interpelação ao presidente do parlamento, mostrando total ignorância, desconhecimento da história e desprezo pelos moçambicanos, sublinhou que não se revê no pedido de desculpas do Presidente da Assembleia da República.

"Estas suas afirmações não

Em resposta a estas palavras do líder do Chega, o presidente da Assembleia da República reafirmou o pedido de desculpas e explicou quais os motivos para esta posição.

nos representam, não representam as Forças Armadas portuguesas, e não fica bem a um presidente da Assembleia da República, em nome de não se sabe bem quem, lançar um anátema sobre as Forças Armadas portuguesas, sobre a história de Portugal, sobretudo a um país que nunca pediu desculpa pelas

milhares de vítimas portuguesas que lá deixou enterradas sem qualquer justiça", criticou André Ventura.

Prosseguindo, Ventura, da extrema direita, cujas posições no parlamento e nos programas televisivos têm sido de grande pendor racial e xenófobo, alegou que "após a transição para a independência, os guerrilheiros moçambicanos mataram mais de três mil portugueses, por oposição às 400 vítimas que o senhor identifica em Wiriyamu".

"Moçambique nunca pediu desculpa, as Forças Armadas moçambicanas nunca pediram desculpa. Porque raio no mundo é que nós vamos pedir desculpa?", questionou o líder do Chega, que, em 2021, chamou os negros que morram no bairro da Jamaica, um dos bairros de lata de Portugal, de "bandidos" e acusou-os de "terem vindo para cá viver do Estado social".

Em resposta a estas palavras do líder do Chega, o presidente da Assembleia da República reafirmou o pedido de desculpas e explicou quais os motivos para esta posição.

Pedimos desculpas porque nós não devemos pactuar com massacres e porque somos humanistas. E sim, também peço desculpas em nome das Forças Armadas portuguesas que, no dia 25 de Abril de 1974, nos libertaram de regime infame que cometeu esse massacre", sustentou.

Outras personalidades políticas portuguesas, como são os casos do presidente português, Marcelo de Sousa, e o primeiro-ministro, António Costa, lançaram palavras de apreço ao povo moçambicano e às famílias vítimas do massacre, tendo reconhecido que é chegado o momento dos portugueses se retratarem.

Refira-se que o Massacre de Wiriyamu ou Operação Marosca



foi um massacre da população civil em Wiriyamu, na província de Tete, em Moçambique, por soldados portugueses durante a

Guerra da Independência de Moçambique.

O episódio aconteceu em 16 de dezembro de 1972, depois de

dois capitães, comandantes de companhia, morrerem dentro de um jipe que pisou uma mina anti-carro. Pelo menos 385 pessoas foram assassinadas pela 6.ª Companhia de Comandos de Moçambique, sem contar os que morreram durante a "limpeza" do local, que ocorreu nos três dias seguintes ou devido aos interrogatórios que seguiram o episódio. As forças portuguesas pretendiam acabar com a presença da FRELIMO perto da cidade de Tete e da Barragem de Cahora Bassa, que estava em construção — elementos da FRELIMO declararam que iriam impedir a construção.

PUBLICIDADE

A EDM Deseja-lhe uma Quadra Festiva Tranquila e Iluminada!

2022-2023

45 ANOS ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P.

EDM, HÁ 45 ANOS ILUMINANDO MOÇAMBIQUE

Parlamento aprova lei que cria 12 novas autarquias

A Assembleia da República aprovou, na última semana, a proposta de lei do Governo que cria 12 novas autarquias no país. Entretanto, os deputados dos três partidos com assentos na “Casa do Povo”, Frelimo, Renamo e MDM, apelaram ao Executivo para divulgar os limites de cada área, antes do arranque do recenseamento eleitoral de 2023.



Por falta de implementação da lei do Conteúdo Local

Tribunal Administrativo diz que há uma actuação descoordenada entre Governo e sector privado

A ausência de uma lei e de políticas específicas que definam os objectivos prosseguidos pela política de Conteúdo Local e de directrizes e de estratégias que o país adoptará para o alcance dos mesmos propicia uma actuação descoordenada das instituições públicas e dos agentes económicos que devem assegurar a maximização dos ganhos económicos derivados da exploração de recursos naturais do país, segundo conclui o Tribunal Administrativo, no relatório sobre a Conta Geral do Estado de 2021.

Já passam alguns anos que o Governo e o Sector Privado discutem a necessidade de criação da Lei de Conteúdo Local para maximizar os ganhos económicos da exploração dos recursos naturais, com destaque para a indústria de petróleo e gás,

a necessidade de aprovação destes instrumentos orientados para uma correcta gestão do conteúdo Local, que se traduza num elemento dinamizador e catalisador da Economia Nacional.

Refira-se que, durante a análise da Conta Geral de 2021, o Tribunal Administrativo procurou saber do Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) e Instituto Nacional de Petróleo (INP) sobre o ponto de situação relativamente ao conteúdo local.

Na sua resposta, o Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) fez saber que o Governo está a elaborar uma proposta de Regulamento de Cadastro de fornecedores de Bens e Serviços e Provedores de Bens e Serviços relativos aos sectores de Petróleo e Gás natural.

“O processo está numa fase avançada da sua elaboração, carecendo apenas de uma apreciação positiva por parte do Conselho Consultivo do MIREME e posterior socialização do mesmo com as demais entidades, tais como as agremiações empresariais nacionais e as concessionárias e operadoras do sector de Petróleo e Gás, ao findar o processo será submetido à aprovação do Conselho de Ministros ao longo do segundo semestre”, sugeriu.

Já o Instituto Nacional de Petróleo (INP), pronunciou-se nos seguintes termos: “Está em elaboração a lei de conteúdo Local, processo que está a ser conduzido pelo Ministério de Economia



e finanças, que de princípio será uma lei que abrangerá todos os sectores económicos do país, e após aprovação remeterá a regulamentação específica”.

De referir que se pretende, com o Conteúdo Local, promover o estabelecimento de uma indústria de petróleo e gás em Moçambique, desenvolver as competências de cidadãos moçambicanos dentro e fora do sector de petróleo e gás, reforçar as instituições moçambicanas de educação e formação e desenvolver capacidades entre as PME locais para apoiar o crescimento económico dentro e fora do sector de petróleo. (Milagrosa Manhique)

PUBLICIDADE

Entretanto, apesar de existir um ante-projecto, esta Lei ainda não saiu do papel, o que dificulta a participação das Pequenas e Médias Empresas (PME) na cadeia de valor do negócio de Petróleo e Gás.

da qual se espera investimentos multimilionários nos próximos anos.

Entretanto, apesar de existir um ante-projecto, esta Lei ainda não saiu do papel, o que dificulta a participação das Pequenas e Médias Empresas (PME) na cadeia de valor do negócio de Petróleo e Gás.

Por essa razão, o Tribunal Administrativo defende

**CONTACTOS TELEFÓNICOS PARA SERVIÇOS DE PIQUETE
QUADRA FESTIVA**

CIDADE DE MAPUTO		PROVÍNCIA DE MAPUTO	
Ka Mpumo	85 010 2956 / 85 801 5029	Boane	84 155 7315
Ka Maxaquene	85 010 2534	Matola	85 010 2544 / 85 801 5030 87 188 8555
Ka Mubukuwane	85 010 2940	Machava	85 010 2632
Ka Mavota	85 010 2554	Infulene	85 010 2609
Ka Guava	85 010 3383	Manhiça	84 604 1208 / 87 604 1208
		Palmeira	86 86 90 731 / 84 053 2164
REGIÃO SUL		REGIÃO CENTRO	
Chókwè	85 010 2991	Chimoio	85 010 2738
Xai-Xai	85 010 2603	Beira	85 010 2494
Inhambane	85 010 2913 / 82 314 2190	Caia	84 010 2495 / 87 510 2495
Vilankulo	84 057 7543	Quelimane	84 155 7302
Maxixe	84 046 5838 / 82 744 3801	Mocuba	85 010 3092 / 86 596 0004
		Tete	85 010 2823 / 87 041 0433
REGIÃO NORTE		CENTRAL DE ATENDIMENTO 1455	
Nampula	85 010 3277		
Nacala	85 010 3426		
Angoche	85 010 3364 / 87 111 1198		
Pemba	85 010 2501 / 86 144 5155		
Lichinga	84 155 7306		
Cuamba	85 010 3250 / 87 439 8857		

EDM, HÁ 45 ANOS ILUMINANDO MOÇAMBIQUE
Gabinete de Comunicação e Relações Institucionais
www.edm.co.mz

Título Mau tempo mata 6 pessoas da mesma família

Para além das seis vítimas mortais, outras três pessoas ficaram feridas em consequência das descargas atmosféricas, acompanhadas de chuvas torrenciais e ventos fortes, que, na noite de sábado último, fustigaram o povoado de Manhore, no Posto Administrativo de Cafumpe, distrito de Gondola, na Província de Manica. Três das vítimas são menores e todas elas ficaram carbonizadas após a residência onde se encontravam se ter incendiado.



Cenário macro-económico pode estar baseado em tralfulhice

Governo em saia justa após descoberta de manipulação de dados da inflação para impressionar o FMI

Em um mês o tomate passou de contribuição positiva para negativa

INE ignorou a metodologia Laspeyres no cálculo da inflação anual

Manipulação da inflação pode trazer graves consequências para o país - alerta Economista

Enquanto ainda se aguarda infinitamente pelos resultados do (prometido) inquérito sobre os dados empolados do recenseamento de 2019, que fabricou 300 mil eleitores fantasmas na província de Gaza, o Instituto Nacional de Estatística (INE) está, uma vez mais, metido no barulho, por supostamente ter usado critérios pouco claros para o cálculo do Índice de Preços no Consumidor (IPC), visando manter a inflação a um dígito para ajudar o Governo a impressionar ao FMI e manipular a opinião pública nacional e internacional, dando a entender que o país está no bom caminho.

Duarte Siteo

Na explicação de um economista independente ouvido pelo Evidências, a atitude do Executivo, para além de ser criminal, pode trazer consequências negativas para a economia do país, tendo destacado a perda da confiança do país no mercado internacional e falência dos agentes económicos nacionais e estrangeiros.

A divulgação do suposto escândalo de falsificação de dados por parte do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) foi feita na quarta-feira, na Assembleia da República, com a bancada da Renamo a exigir explicações do governo, pois aquele índice tem grande impacto sobre as decisões do governo para o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), bem como sobre a Taxa de Juro do Banco de Moçambique e outros indicadores macro-económicos do país.

A interpelação baralhou a bancada da Frelimo, que imediatamente solicitou tempo para se inteirar do assunto, mas a Renamo, insistia que não se pode aprovar o PESOE baseado em dados do IPC falsificados.

Mas mesmo assim, o parlamento aprovou, na sexta-feira, em definitivo, o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) para o ano de 2023, com voto favorável da Frelimo. A Renamo e o MDM votaram contra.

Tudo começa com o regresso das instituições da Bretton Woods, ou seja, Fundo Monetário Internacional e Banco de Moçambique, em que o Governo viu-se obrigado a adoptar uma série de reformas económicas cujos impactos são ainda incipientes.

Para o presente ano, o Executivo apontou que a inflação não superaria um dígito, mesmo com o alto custo de vida que se faz sentir no país, e para suportar a sua tese, na Proposta Parlamento da Proposta de Lei do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para o ano de 2023, o Governo apresentou, diga-se, números duvidosos.

Para tal, o INE, segundo o que o Evidências constatou, abraçou critérios pouco claros para o cálculo do Índice de Preços no Consumidor (IPC), visando manter a inflação a um dígito para ajudar o Governo a impressionar ao FMI e manipular a opinião pública nacional e internacional de que o país está no bom caminho.

Este facto foi despoletado pelo deputado da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), Venâncio Mondlane, que pediu a “demissão e prisão” dos actuais gestores do INE.

Houve martelão no IPC do tomate

Segundo o que o Evidências apurou de fontes ligadas



ao INE, a decisão de manipular o cálculo do IPC veio directamente do Ministério da Economia e Finanças (MEF), sendo que para tal martelaram o peso dos produtos com maior contribuição na variação da inflação, com destaque para o tomate.

Para alcançar os seus intentos, o INE, ao invés das habituais três cidades (Maputo, Beira e Nampula), que serviam de referência para o cálculo do Índice de Preços no Consumidor (IPC), adicionou mais cinco cidades, nomeadamente Xai-Xai, Chimoio, Lichinga, Pemba e Quelimane, passando para oito cidades.

A entrada em cena das cinco cidades martelou sobremaneira o peso dos produtos alimentares no cabaz, numa altura em que o custo de vida continua a sufocar os moçambicanos.

A título de exemplo, em Setembro, o tomate, com uma contribuição de 0,35, constava dos produtos com maior contribuição positiva na inflação. Entretanto, contra todas as expectativas, nos dados tornados públicos pelo INE em Outubro, numa altura em que aquele produto subiu vertiginosa daquele produto nos principais centros urbanos, o tomate passou para o rol dos produtos com maior contribuição negativa, com cerca de -0,08%.

Um economista independente ouvido pelo Evidências, apoiando-se na metodo-

logia Laspeyres, por sua vez, refere que a variável para o cálculo da inflação deve ser constante no ano económico, ou seja, se o INE usou as três cidades como referência nos primeiros três trimestres do ano devia manter a mesma fórmula para não desvirtuar o resultado.

Manipulação da inflação pode trazer graves consequências para Moçambique

O nosso interlocutor não tem dúvidas de que os últimos relatórios do Instituto Nacional de Estatística são irrealistas, olhando para o actual contexto social e económico do país, uma vez que as cidades de Maputo, Beira e Nampula tem uma tendência diferente das outras cinco.

O economista que temos vindo a citar observa que os pressupostos que foram usados pelo Governo para elaboração da Proposta de Lei do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado de 2023 (PESOE) que se fundamenta na “Taxa de Crescimento Real de 5%, Exportações em oito bilhões de meticais, Reservas internas liquidas em 2.9 bilhões de dólares e taxa de inflação média anual de 11,5%” basearam-se num histórico falso, que por sua vez falsificou as projeções do Governo.

A fonte que temos vindo a citar adverte que a postura do

Instituto Nacional de Estatística poder trazer consequências graves para o país, pois a inflação pode ser baixa no papel, enquanto atingiu números históricos no terreno, o que de certa forma pode contribuir para que a mesma seja descontrolada e como resultado “haverá aumento da pobreza, aumento da taxa de juros, redução do Investimento Directo Estrangeiro, taxa de crescimento do PIB abaixo do previsto, perda da confiança do país junto dos parceiros, falência dos agentes económicos nacionais e estrangeiros, assim como descredito da Política Monetária do Banco de Moçambique”.

Nas entrelinhas, economista independente suspeita que esta seja a fórmula pa-

A interpelação baralhou a bancada da Frelimo, que imediatamente solicitou tempo para se inteirar do assunto, mas a Renamo, insistia que não se pode aprovar o PESOE baseado em dados do IPC falsificados.

drão usada pelo Executivo no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado nos últimos 20 anos.

Namashulua exige educação de qualidade no Ensino Primário

A Ministra da Educação e Desenvolvimento Humano (MINE-DH), Carmelita Namashulua, exige uma educação de qualidade no Ensino Primário, de modo a forjar alunos para os níveis secundário e superior que sabem ler e escrever e dotados de conhecimentos básicos. Para o efeito, segundo Namashulua, os professores deste subsistema de ensino têm a responsabilidade acrescida de tornar a escola num local de excelência.



Homens sofrem violência doméstica e ficam no silêncio por vergonha

Quando o dito sexo fraco se torna

“Homens não podem ter medo de denunciar casos de violência”

“A sociedade condena o homem violentado”

Quando se trata da violência doméstica no grosso das vezes o foco tem sido a mulher, mas há homens que são violentados e preferem abraçar o silêncio por medo de ser estigmatizados pela sociedade. Artur Manha e Joel Langa fazem parte das estatísticas dos homens que já foram violentados pelas próprias esposas. Os dois sobreviventes foram obrigados a abraçar o silêncio por medo de serem estigmatizados pela sociedade. A activista social Shaista de Araújo defende que os homens devem também criar um movimento para combater a violência doméstica, enquanto que a psicóloga Nilda Sambe observa que os homens violentados precisam de um tratamento psicológico e devem ser acarinhados pela sociedade.

Duarte Siteo

Artur Manhiça tem uma enorme cicatriz na cara porque foi brutalmente espancado pela esposa por ter voltado à casa de madrugada, depois de ter estado a conviver com os amigos. Quatro anos passaram, mas até hoje quando Manhiça se lembra daquele fatídico dia não consegue segurar as lágrimas.

Hoje separado, o sobrevivente contou o drama que viveu nos braços da sua ex-mulher, que para além das sequelas físicas deixou outros traumas, de tal sorte que não conseguiu se relacionar com outras mulheres por medo de ser violentado.

“Não são só as mulheres que são violentadas. Há homens que são violentados pelas esposas e não denun-

ciam porque é vergonhoso um homem denunciar que foi agredido pela esposa. Infelizmente, faço parte deste grupo de homens que sofrem no silêncio. A minha mulher me agredia sempre que voltasse tarde. Hoje, tenho essas cicatrizes no rosto por causa da violência que era alvo sempre que voltasse tarde à casa”, relatou.

Mas o caso de Artur não está somente no medo do estigma social, como também no descrédito que tem nas instituições de administração de justiça, uma percepção que pode resultar de uma construção social mais ampla.

“Não podia denunciar na família e muito menos nas autoridades da lei e ordem porque em Moçambique só

falam da violência quando violentam mulheres”, declarou Artur Manhiça, para depois contar que foi graças à intervenção dos vizinhos que conseguiu se libertar da teia da violência.

“Não tinha como contar a minha família o que passava. Sempre que tivesse uma ferida tinha que mentir que fui assaltado porque não tinha como contar que foi a minha esposa que me agrediu. O tempo foi passando e aquilo era recorrente. Além da violência física era violentado psicologicamente porque havia perdido emprego. Felizmente, tudo que tem início tem fim. Foi graças à intervenção dos meus vizinhos que consegui me libertar daquela relação tóxica. Quando eles perceberam



que era vítima da violência contaram aos meus familiares, que prontamente resolveram o caso. Apesar dela ter mostrado arrependimento não tinha condições para continuar com ela”, relata.

Volvidos três anos depois de

ter se separado da mulher que transformou a sua vida num autêntico inferno, o sobrevivente tem dificuldade para se relacionar com outras mulheres e assume que o medo de denunciar foi o maior inimigo que teve.

Ex-combatentes da RENAMO boicotaram DDR em Gorongosa

A desmobilização de mais de 400 ex-combatentes da RENAMO na base de Mapangapanga em Vunduzi, no distrito de Gorongosa que por sinal era a base Central da Renamo devia iniciar na segunda-feira, 19 de dezembro, mas a última não aconteceu porque nem os ex-combatentes e nem o líder da RE-

NAMO, Ossufo Momade se fizeram presentes.

Até ao momento ninguém apareceu ao público a explicar as razões do boicote e o representante do Secretário-geral da Nações Unidas, Micro Manzone que havia feito o anúncio do desmantelamento da última base da RENAMO andou fugitivo indicando apenas que o Presidente da República e o líder

da RENAMO estavam a conversar sobre o assunto.

Ainda não foi indicada uma nova data para a conclusão do DDR, que oficialmente está previsto para terminar este ano.

Os ex-combatentes da RENAMO têm se mostrado insatisfeitos com o processo uma vez que nenhum desmobilizado está a receber o valor da pensão e não existe nenhuma movimentação neste sentido.

“A sociedade olhou-me como denunciado a violência”

Joel Langa, de 45 anos de idade, não guarda boas recordações do passado, sobretudo quando lembra da ex-esposa. Os anos passaram, mas ainda tem na retina episódios de violência perpetrada pela antiga companheira.

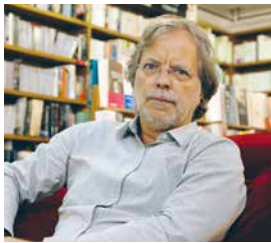
“Não tenho vergonha de dizer que a minha esposa me agredia sempre que lhe apetecia. Ela era mais forte em relação a mim e não tinha como lutar com ela. Não tinha como

denunciar porque a nossa sociedade só valoriza a violência quando é o homem a agredir a mulher. Vivemos numa sociedade que marginaliza o homem quando é violentado pela mulher porque é o sexo mais forte. Infelizmente, há muitos homens que são violentados, mas continuam aconchegados no silêncio”, recorda.

Langa decidiu romper com ciclo da violência quando foi agredido e teve ferimentos gra-

“Universidades devem ser centros de produção de ideias” – Mia Couto

Numa altura em que a qualidade de ensino no país continua a inquietar o grosso dos moçambicanos, o conceituado escritor e biólogo, Mia Couto, à margem da palestra por si proferida na Universidade Eduardo Mondlane, defendeu que as universidades moçambicanas devem ser centro de produção de ideias.



CENTRAIS

EVIDÊNCIAS

20 DE DEZEMBRO DE 2022

13

no mais forte e abusador



de uma sociedade patriarcal.

“Homens e mulheres têm os mesmos direitos. A sociedade olha para o homem como o sexo mais forte quando comparado com a mulher, mas há vários casos de violência doméstica perpetrados pelas mulheres. Urge a necessidade dos homens perceberem que também podem e devem denunciar casos de violência sem ter medo do que a

sociedade vai pensar”, declarou.

Proseguindo, Buduía referiu que há uma necessidade de consciencializar homens e mulheres com vista a erradicar a violência doméstica, uma vez que alguns casos de violência acabam terminando em tragédia.

“Ninguém consegue resistir numa relação manchada pela violência. Os

homens e mulheres devem viver num ambiente de paz, e para tal estamos a levar a cabo uma campanha de sensibilização para erradicar a violência doméstica, uma vez que já tivemos casos de violência que terminaram em tragédia. Apelamos a sociedade, sobretudo os líderes comunitários, para não acobertar agressores, sejam eles homens ou mulheres”.

“Os homens devem fazer as suas campanhas”

Em representação da CESC, Shaista de Araújo reconheceu que há homens que são vítimas de violência doméstica, mas realçou que o grosso dos casos que chega às esquadras é de mulheres que foram agredidas pelos seus companheiros.

“Não estamos a dizer que não existem casos de homens que são violentados. Eles devem denunciar e fazer as suas campanhas para acabar com a violência doméstica. O assunto da violência deve ser um assunto de toda gente. Os homens devem fazer as suas campanhas. Nunca falamos que a mulher é perfeita. Numa relação deve existir o diálogo, porque a violência não é a solução. Se os

homens também passam por estas situações de violência temos que refletir”, disse

Por sua vez, a psicóloga Nil-da Sambe defende que os homens que foram vítimas de violência devem ser acarinhados pela sociedade. “As vítimas de violência doméstica devem ser acarinhados e precisam de um acompanhamento psicológico para evitar traumas. Infelizmente, ainda se olha para o homem como o sexo mais forte, mas quando se trata de violência ninguém é mais forte. Urge a necessidade de consciencializar a nossa sociedade sobre a violência, sobretudo quando se trata de homens que são agredidos pelas esposas”.

Não estamos a dizer que não existem casos de homens que são violentados. Eles devem denunciar e fazer as suas campanhas para acabar com a violência doméstica.

no um homem fraco por ter

ves na cabeça. Contudo, lembrou da reação das autoridades da lei e ordem quando chegou a esquadra.

“Quando cheguei a esquadra os agentes que me entenderam reagiram mal quando disse que tinha sido agredido pela minha esposa. Felizmente, ela foi presa, porém a sociedade olhou para mim como um homem fraco por ter denunciado a violência de que era alvo. Não tinha como continuar a viver aquilo

porque um dia podia perder a vida. Decidi recomeçar a minha vida. Estou numa nova relação há cinco anos e nunca sofri violência. Os homens não podem ter medo de denunciar casos de violência porque a justiça é para todos”, recomenda.

De acordo com activista social, Justino Buduía, a sociedade condena o homem quando denuncia casos de violência doméstica. Buduía não tem dúvidas que os homens são vítimas



HCB espera aumentar a produção em 4,1%

A barragem de Cahora Bassa, principal fonte de eletricidade de Moçambique para consumo interno e exportação, deverá chegar ao final do ano com um aumento de produção de 4,7% em relação a 2021. Este facto foi tornado público pela Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), entidade responsável pela gestão daquela barragem.



Regulamento da Lei de Instituições de Crédito

AMOMIF reconhece melhorias e recomenda alguns ajustes

Representantes de instituições microfinanceiras (IMF), em coordenação com a Associação Moçambicana de Operadores de Microfinanças (AMOMIF), preparam-se para submeter uma compilação de comentários e observações à proposta do Banco de Moçambique (BdM) de um novo Regulamento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (LICSF).

A apresentação de uma exposição que expresse as preocupações e pareceres das IMF foi acordada no final de um debate, com participação híbrida (física e electrónica), realizado quarta-feira, dia 14 de Dezembro.

Durante o debate, sobressaiu o sentimento de que esta regulamentação contém melhorias, mas é possível e oportuno alguns ajustes que reforcem o potencial das microfinanças na edificação de um sistema financeiro mais inclusivo.

O facto da proposta ser um instrumento único, contendo uma consolidação de todos os regulamentos decorrentes da LICSF, constitui um avanço face à ante-

rior dispersão regulamentar. Outros exemplos novos, entendidos pela AMOMIF como melhorias, são os das Organizações de Poupança e Empréstimo deixarem de estar limitadas a um número máximo de 200 membros, bem como o facto dos Operadores de Microcrédito poderem transmitir a actividade a herdeiros.

Contudo, foram também identificados aspectos que recomendam alguns ajustes, destacando-se a inclusão e agravamento das taxas anuais a serem pagas ao BdM pelas IMF, os procedimentos relativos a contravenções desalinhas com outros princípios legais, bem como os prazos para a implementação desta nova regulamentação.



A AMOMIF organizou este debate no quadro do desafio lançado pelo Banco de Moçambique em reunião realizada dia 1 de Dezembro nas instalações do regulador, com vista a alargar a austerização sobre a proposta de novo regulamento da LICSF.

Para assistir às IMF num melhor entendimento dos aspectos legais da proposta de regulamento, e a prepararem-se para o processo da sua implementação, a direcção da AMOMIF contratou

uma assessoria legal que fez uma apresentação e comentários ao regulamento. Esta apresentação pode ser acedida na página web da AMOMIF.

Além dos comentários e recomendações feitos na reunião do dia 14, os representantes das IMF interessados em acrescentar mais elementos deverão fazê-lo até ao próximo dia 19, dado que o documento com a compilação de todas as observações deverá ser submetido ao BdM até 21 de Dezembro.

Os interessados em apresentar observações e comentários a serem transmitidos ao BdM deverão fazê-lo para o endereço de email geral da AMOMIF (amomif@amomif.org.mz).

A assistência legal aos associados da AMOMIF é uma das prioridades do plano estratégico desta agremiação com vista ao relançamento da indústria microfinanceira.

No âmbito desta assistência e com apoio do projecto REFP financiado pelo FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura), a AMOMIF está a subsidiar a instalação nas IMF de software bancário, bem como actividades de formação em gestão.

No plano da AMOMIF, para 2023, prevê-se a adequação do seu mandato por forma a poder prestar mais assistência às organizações de poupança e crédito comunitários e assim ampliar-se a base social da inclusão financeira.

CDM apoia FIPAG na ampliação do sistema de abastecimento de água em Muatala

O crónico problema de acesso à água potável no posto administrativo de Muatala, arredores da Cidade de Nampula, será minimizado nos próximos dias, em resultado de um Memorando de Entendimento assinado, esta quinta-feira, entre o Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG) e a empresa Cervejas de Moçambique (CDM), a luz do qual, para além de ampliar os sistemas de abastecimento de água naquela região, na província Nampula, será melhorada a eficiência e qualidade dos serviços.



Ao abrigo do referido Memorando de Entendimento, a CDM vai desembolsar cerca de 32 milhões de meticais para o investimento em infra-estruturas hidráulicas com capacidade de produção de 40m³/h de água, o que vai contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Ao todo, serão construídos 10 furos de água, estimando-se que beneficiem cerca de 300 famílias.

Falando na ocasião, o director-geral do FIPAG, Victor Tucale, enalteceu a contribuição da CDM, destacando o défice no fornecimento de água em Nampula, província em que o fundo público abrange apenas um milhão de pessoas.

"Congratulamos a iniciativa da CDM que vai aumentar a nossa capacidade de abastecimento de água naquele ponto do país. Com a abertura destes

furos vamos conseguir resolver uma parte desta problemática que nós não conseguimos resolver", disse, garantindo que além de fornecer o precioso líquido a mais de 1800 pessoas ao redor, o projecto vai garantir o abastecimento de água à fábrica da CDM localizada naquela zona durante o período de estiagem em 24h/dia.

Por sua vez, Eugénia David, representante da CDM, afirmou que o foco da empresa não é apenas a produção e distribuição de bebidas alcoólicas, mas o crescimento sustentável com as comunidades, principalmente aquelas que se encontram nas cercanias das suas fábricas.

A responsável lembrou as diversas iniciativas de responsabilidade social apoiadas pela CDM, em particular nas áreas de ambiente, agricultura e saúde, esta última área beneficiária de um valor de um milhão de dólares norte-americanos da empresa destinados à compra da vacina de prevenção contra a Covid-19.

Refira-se que Nampula é a província mais populosa do país, com perto de seis milhões de habitantes, e enfrenta problemas crónicos de abastecimento de água potável.

Águas de Maputo querem massificar área metropolitana com 100.000 contadores pré-pagos

A empresa Águas da Região Metropolitana de Maputo (AdRMM) iniciou, recentemente, a segunda fase de implementação do projecto-piloto de instalação de contadores pré-pagos. Até ao fim do presente mês de Dezembro, está prevista a montagem de 10 mil dispositivos que conferem maior controlo do consumo por parte dos clientes.

No âmbito deste projecto, introduzido em 2015, a empresa espera massificar o uso deste tipo de contadores e atingir uma cifra de 100 mil unidades instaladas até 2024 em todas as suas áreas operacionais, nomeadamente nas cidades de Maputo e Matola, bem como no distrito de Boane.

Segundo o director comercial da AdRMM, Cremildo Fernando, o uso destes contadores apresenta inúmeras vantagens, principalmente para os clientes:

"Este investimento vem responder às preocupações dos nossos clientes, que passam, desde já, a decidir sobre o seu consumo. Em termos práticos, a facturação é da responsabilidade do cliente, não da empresa", explica.

Mais do que controlar o consumo, os contadores pré-pagos vão contribuir para a redução de filas nas lojas para o pagamento das facturas. O cliente passa, igualmente, a resolver possíveis anomalias na sua instalação em tempo útil.

Para a sua utilização, o cliente deve adquirir uma recarga nos habituais pontos de venda, nas lojas da AdRMM, ou através das carteiras móveis, assim como da plataforma

Madzi (#876*). Foi, ainda, desenvolvido um aplicativo para o efeito, denominado Madzi App, disponível na App Store e Playstore.

"Quando a recarga acaba, a válvula corta o fornecimento da água automaticamente. Entretanto, antes disso, o contador emite um alerta sobre o volume de água remanescente", acrescenta Cremildo Fernando.

Para o seu funcionamento, os contadores possuem uma bateria de longa duração, estimada em seis anos, sendo que a gestão da sua substituição é feita com recurso a um sistema informático.

Jossias Mondlane é cliente da AdRMM e usa o contador pré-pago há sensivelmente três semanas. Durante este período, pôde perceber as vantagens comparativas do seu uso.

"Este contador permite ajustar o consumo à capacidade financeira de cada um. Antes, com os contadores pós-pago, só consumíamos a água e não tínhamos noção do valor que viria na factura no final de cada mês. Hoje, sei que devo consumir consoante a minha capacidade, sem contar que já não há necessidade de me dirigir à loja para efeitos de pagamento da factura", sublinha.

ARENE anuncia redução do preço de gás de cozinha em 7 meticais

A Autoridade Reguladora de Energia (ARENE) anunciou, recentemente, a redução do preço de gás de cozinha de 102,02 Meticais para 95,4 Meticais por quilograma. Por outro lado, os preços dos restantes combustíveis, nomeadamente gasolina, gasóleo, petróleo de iluminação e gás de cozinha mantêm-se.



CTA contraria narrativa do Governo

“Em 2022, o ambiente macro-económico apresentou tendência de estagnação”

*CTA quer combater aos raptos na matriz anti-branqueamento e financiamento ao terrorismo
Governo legitima preocupações do sector privado*

Na hora de fazer o balanço do ano prestes a findar, a Confederação das Associações Económicas de Moçambique apontou que o ambiente económico foi caracterizado por uma tendência de estagnação devido a subida da taxa de juros e inclusão de Moçambique na lista cinzenta da GAFI. Para reverter esta tendência no próximo ano, o sector privado adverte que o Pacote de Aceleração Económica deve ser implementado de forma efectiva, instando, igualmente, ao Executivo a minimizar os problemas relacionados com o pagamento das facturas atrasadas aos fornecedores e o reembolso do IVA.

Duarte Siteo

De acordo com o presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Agostinho Vuma, o ano 2022 foi marcado por grandes desafios, mas também de êxitos que inspiraram a consolidação do desiderato colectivo do sector privado, a Melhoria do Ambiente de Negócios e a Promoção de oportunidades de Negócios Sustentáveis para as Pequenas e Médias Empresas (PME), sendo que a taxa de juro condicionou o ambiente de negócios ao longo do ano

taxa de juro, tendo levado a prime rate do sistema financeiro a atingir os 22,6% em Dezembro corrente. Ou seja, em 2022 tornou-se mais caro para as PME honrar com as suas obrigações financeiras junto da banca, bem como contrair novos créditos”, disse Vuma.

Numa altura em que continua a se assistir uma massiva fuga de empresários e investidores do país, por causa da conhecida como taxa de liberdade, Vuma insta o Governo a colocar o combate aos raptos como parte da matriz anti-



uma das preocupações críticas dos empresários, numa altura na qual os raptos continuaram a condicionar o ambiente de negócios. As nossas estimativas apontam que esta indústria representa cerca 2,2 mil milhões de meticais até 2022. Este é um montante que, sequencialmente, pode gerar necessidade de lavagem de capitais. Combater os raptos deve fazer parte da matriz anti-branqueamento e finan-

ciamento ao terrorismo, bem como da melhoria do ambiente de negócios”, sublinhou Vuma.

Vuma observa, por outro, que o desempenho empresarial no ano em curso foi afectado por diversos factores, entre outros o eclodir da guerra entre a Rússia e Ucrânia, a continuidade da situação de insegurança em Cabo Delgado, o que de certa forma contribuiu para que o Índice de Robustez Em-

presarial tivesse uma tendência volátil.

Entretanto, apesar dos factores adversos, o presidente da CTA refere que a avaliação geral do Índice sugere que este melhorou, até o Terceiro Trimestre de 2022, em cerca de 3 pontos percentuais face ao período homólogo de 2021, situando-se em 29%, sendo que as províncias de Sofala e Maputo apresentam o melhor nível de *performance*.

Numa situação destas, o papel da política fiscal passaria por incentivar este momentum da procura doméstica em relação aos produtos locais. Entretanto, a proposta de revisão do Imposto do Consumo Específico (ICE) contraria esta tendência ao aumentar a respectiva taxa sobre as matérias-primas importadas. Isto poderá regredir com a capacidade da indústria local responder com a procura doméstica e, por conseguinte, do processo de industrialização.

prestes a findar.

“O ambiente macroeconómico ao longo de 2022 apresentou uma tendência de estagnação. Esta tendência foi determinada pela subida da

-branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo para a melhoria do ambiente de negócios no país.

“A inclusão na lista cinzenta da GAFI marcou também

CTA insatisfeito com o pacote fiscal do PAE

O Pacote de Medidas de Aceleração Económica, anunciadas pelo Presidente da República em Agosto último, agradou sobremaneira o sector privado. Entretanto, Agostinho Vuma tornou público que o sector privado tem manifestado insatisfação com o formato concreto e do conteúdo final do pacote fiscal, tendo dado o exemplo da redução do IRPC de 10% para agricultura, onde o sector privado sempre defendeu que vigorasse, pelo menos 10 anos para atrair investimento, tendo em conta os períodos de retorno dos mesmos em determinadas culturas.

Sobre a revisão do Imposto do Consumo Específico (ICE),

Vuma, que falava à margem do Briefing do Final do Ano, diz que o instrumento poderá contribuir para a regressão da indústria local em responder a procura doméstica.

“Numa situação destas, o papel da política fiscal passaria por incentivar este momentum da procura doméstica em relação aos produtos locais. Entretanto, a proposta de revisão do Imposto do Consumo Específico (ICE) contraria esta tendência ao aumentar a respectiva taxa sobre as matérias-primas importadas. Isto poderá regredir com a capacidade da indústria local responder com a procura doméstica e, por conseguinte, do processo

de industrialização”, defende

Falando na ocasião, a vice-ministra da Indústria e Comércio, Ludovina Bernardo, legitimou as preocupações do sector privado, tendo garantido que o Governo registou-as todas e vai estudar mecanismos de como acomodá-las.

“São preocupações legítimas, mas, como podem perceber, o Governo define as medidas dentro daquilo que são os parâmetros possíveis e aceitáveis, para que o Governo continue a trabalhar, a cobrar impostos que depois são transformados na provisão de infra-estruturas e serviços sociais e económicos à população”, disse Ludovina Bernardo.



SAL & PIMENTA

Afonso Almeida Brandão

2023: Um ano que se advinha de pobreza e de dificuldades

A recessão começa em 2023 e ninguém sabe quando acaba. Os economistas costumam falhar nas previsões e incertezas, como a guerra na Ucrânia, as tensões na China e a **Covid-19** — que está aí em força — aconselhavam prudência. Com a **FRELIMO** prudência é palavra fora do dicionário.

Nada disso foi feito. Seguiram o jeito socialista de empurrar com a barriga, que mais à frente logo se vê. Não temos um Governo. Temos um susto permanente de uma gente «sem rei nem roque».

O QUE DIZ LAGARDE

Mas vamos ao que avisou a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, logo no arranque da semana. Frisou que ficaria “**surpreendida**” se a inflação da **zona euro** já estivesse no pico pela “grande incerteza económica, classificando as taxas de juro como o principal instrumento de combate”. A inflação, como bem ensinou durante o seu consulado, é um imposto escondido e os Moçambicanos — para não falar sobretudo dos portugueses — se já hoje a sentem, em 2023 a situação tende a piorar, e muito.

“Gostaria que a inflação tivesse atingido o seu pico em Outubro, mas penso que há demasiada incerteza, pelo que obviamente me surpreenderia se isso acontecesse”, declarou Christine Lagarde.

Intervindo numa audição na comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, em Bruxelas, a responsável destacou o actual “ambiente de grande incerteza e com choques complexos que afectam a economia, notando que as decisões do Conselho do BCE continuarão a depender dos dados e a seguir uma abordagem de reunião a reunião.

Certo é que, para Christine Lagarde, “as taxas de juro são, e continuarão a ser, o principal instrumento para combater a inflação”.

E acrescenta: “Estamos empenhados em reduzir a inflação para o nosso objectivo a médio prazo e estamos determinados a tomar as medidas necessárias para o fazer”, sublinhou a responsável, admitindo “aumentar ainda mais as taxas para os níveis necessários, de forma a assegurar que a inflação regresse atempadamente ao objectivo de médio prazo de 2%”.

Ainda assim, Christine Lagarde adiantou que “o caminho a seguir e a rapidez para lá chegar serão baseados nas perspectivas actualizadas, na persistência dos choques, na reacção dos salários e das expectativas de inflação”.

A taxa de inflação atingiu, em Outubro passado, um pico de 10,6% na zona euro, a título de exemplo, principalmente “puxada” pela componente energética, dada a actual crise no sector e a guerra da Ucrânia,

cuja tensões geopolíticas pressionaram ainda mais o mercado energético europeu e de certa maneira o mercado africano, a nível de Africa Austral.

Filipe Nyusi e Marcelo pessimistas

“Vamos esperar que isto que está a marcar o fim de 2022 e o começo de 2023 não dure todo o ano, dure apenas uma parte limitada do ano, provavelmente um trimestre ou um semestre”, disseram mais ao menos o mesmo os Presidentes da República Português e Moçambicano, tentando evitar agravar um pânico que já se sente na sociedade moçambicana e de forma mais acentuada na sociedade portuguesa.

Ambos Presidentes da República alertaram para um 2023 “cheio de incertezas”, considerando que o próximo ano “vai ser muito mais difícil” do que 2022, devido à guerra na Ucrânia e ao aumento da inflação e das taxas de juro.

“O facto de a guerra continuar, o facto de a inflação continuar e haver uma certa incerteza quanto à duração desta situação, que passa para o ano que vem, tudo isso aponta para um ano 2023 mais complicado do que o de 2022 e cheio de incertezas. E, no fundo, o que se passa é que, quem tem de tomar decisões, como é o caso do Banco Central Europeu (BCE) e de outros bancos centrais, estar perante as incertezas, tomar as suas precauções”, afirmou o Presidente português, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa.

“A elevação e a contínua elevação da taxa de juro significa uma preocupação muito grande com a incerteza de 2023. Vamos esperar que isto que está a marcar o fim de 2022 e o começo de 2023 não dure todo o ano, dure apenas uma parte limitada do ano, provavelmente um trimestre ou um semestre, no pior dos cenários. Mas nenhum de nós tem a certeza sobre isso”, salientou ainda o Presidente Marcelo.

Rendas e prestações

Neste momento são muitos os moçambicanos e portugueses que começam a não ter dinheiro para pagar a renda ou as prestações das casas. E a situação tende a piorar, já que uma recessão vai fazer aumentar o desemprego em espiral. Alguma dúvida?

A associação **Cáritas**, em Portugal, já começou a receber pedidos de ajuda de pessoas que não conseguem pagar os seus empréstimos para habitação devido à subida das taxas de juro, medida que causou “pânico imediato”, disse a presidente da instituição.

“O pânico foi imediato. O receio das pessoas, a angústia com que se aproximavam de nós a dizer «**ai, se eu perco a minha casa**». É que nós tivemos uma crise em que houve muita gente a perder a casa (o que veio a acontecer em Portugal); é recente ainda, está na memória das pessoas —2008”, afirmou.

Para já são “pontuais” os casos de pessoas que

procuram a ajuda da **Cáritas** com empréstimos à habitação e que não os conseguem pagar devido à subida das taxas de juro, mas que já existem.

As taxas Euribor começaram a subir mais significativamente desde 4 de Fevereiro deste ano, depois de o Banco Central Europeu (BCE) ter admitido que poderia subir as taxas de juro directoras este ano devido ao aumento da inflação na zona euro, tendência reforçada com o início da invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de Fevereiro. E também em Moçambique, não tenhamos ilusões.

O medo do incumprimento do pagamento dos empréstimos bancários e de outras despesas que têm aumentado — dos alimentos ao gás, electricidade e combustíveis — não é apenas sentido por quem não tem emprego — há que reconhecer.

“Temos pessoas que têm um rendimento, esse rendimento permitia-lhe viver com alguma estabilidade e, de repente, já retiraram todas as gorduras, já passaram às marcas brancas, já fizeram isso tudo e começam a prescindir de consumir determinados alimentos, o que pode ter efeitos na dieta alimentar e na saúde” — adiantaria um responsável.

E reforçou: “É de facto o que está a acontecer com as pessoas que, embora tendo pensões ou empregos, o seu rendimento não permite comprar tudo o que precisariam para gerir a vida”.

Nesse sentido, “estão identificados nos números da pobreza muitos trabalhadores, porque o rendimento é muito baixo e quanto mais aperta o custo de vida, naturalmente para menos chega o rendimento que já é baixo”. E não evocamos aqui o **Limiar da Pobreza** em que a maioria da População Moçambicana vive actualmente.

Estamos certos que estes nossos compatriotas vivem a mesma angústia que os outros que não têm trabalho.

As pessoas usam todos os recursos que podem para proteger as coisas que mais as assusta perder, que é a casa, e por isso vêm pedir quando não têm dinheiro suficiente para pagar a renda, a luz, a água, essas despesas que transformam uma vida razoável numa vida insuportável, na sua ausência, e que são aquelas que levam as pessoas a aproximar-se e a pedir ajuda—convém sublinhar.

Estamos a viver um Tempo em que tudo sobe: sobem as Rendas, sobe os bens de primeira necessidade, sobretudo nesta Quadra Festiva, sobe a Energia, o Frango, o Pão, o Saco de Carvão, as Bebidas, tudo sobe e, «quanto mais baixo é o rendimento, mais rápido deixam de conseguir suportar esses custos» — afirmaria o decano dos jornalistas moçambicanos **Gustavo Mavie**, no último Programa **QUARTO PODER**, transmitido na passada 4ª Feira, ao Canal **TV-Sucesso**. Em suma: que Deus nos ajude se é que possamos ser ajudados e de Esperança nestes Tempos Complicados que o Mundo atravessa...



A esquina do sociólogo

Luca Bussotti

As dificuldades da Renamo

Em muitos dos círculos políticos moçambicanos a escolha da Senhora Clementina Bomba como nova secretária geral da Renamo representou uma surpresa. Eram vários os que vaticinavam uma nomeação “forte”, um nome altissonante tipo Ivone Soares, Venâncio Mondlane ou outros deste calibre. Entretanto, as dinâmicas internas do partido ditaram uma opção de uma pessoa com menos visibilidade pública, mas provavelmente com maior fidelidade à linha política do presidente Momade.

Tendo como premissa o facto de não termos de julgar preventivamente a Senhora Bomba neste novo papel que ela terá de desempenhar – mas sublinhando que pelo menos foi escolhida uma mulher numa função-chave, o que é a priori positivo -, duas considerações devem ser feitas a propósito do recente Conselho Nacional da maior força de oposição do país.

Em primeiro lugar, é preciso ver as modalidades desta eleição. Modalidades que ocorreram consoante o Estatuto do partido, portanto nulla quaestio em termos formais. Entretanto existe um problema político que convém investigar, e que é o seguinte: é justo e responde às necessidades da Renamo que o presidente nomeie de forma directa e sem uma consulta larga e pública dentro dos membros do Conselho Nacional o secretário geral? A resposta deve ser encontrada nos mecanismos de funcionamento da própria Renamo. A Renamo foi, durante muito tempo, um partido pessoal, com grande apoio popular principalmente no Centro e no Norte do país, mas certamente dependente da figura de Afonso Dhlakama. Dhlakama era o Deus ex machina da

Renamo: ele é que decidia tudo, procurando balançar exigências da ala militar com aquelas da ala política. Ele tinha uma habilidade extraordinária em compactar estes dois grupos dentro da Renamo, tendo a característica típica de todos os líderes carismáticos. Esta característica era, como é óbvio, o “carisma”. O carisma é um dom natural, que se molda com a experiência, mas que é a própria natureza a oferecer a poucas pessoas. E Dhlakama era uma dessas. Infelizmente, como a sociologia política de Max Weber recorda, o carisma não se transmite, e uma das características dos partidos dependentes de líderes carismáticos é justamente a dificuldade em encontrar um sucessor. Dhlakama fez de tudo para evitar a concorrência interna dentro da Renamo, ao longo do seu reinado. Poucos congressos foram feitos, as discussões públicas dentro do partido foram também escassas, e as poucas figuras emergentes (Raul Domingos em 2000, Daviz Simango em 2008) foram expulsas do partido, aparentemente sem razão. O facto é que tais figuras ameaçavam o líder carismático, e um partido assim concebido e gerido não podia suportar uma liderança difusa e compartilhada.

Hoje a situação é diferente. Ossufo Momade não é um líder carismático, entretanto ele continua actuando como se o fosse. Ou seja, ele também não quer que figuras “incómodas” emergjam de dentro do partido. Portanto a situação da Renamo é a seguinte: uma liderança “normal” (ou seja, não carismática), mas uma estrutura completamente vertical, em que é o líder (o presidente) a escolher todos os colaboradores. Esta é a maior contradição do partido Renamo neste momento. Uma Renamo que terá de cumprir uma transição dupla:

passar de partido armado a partido apenas político; e passar de uma liderança reconhecida e carismática a uma mais difusa e tendencialmente colectiva. Se esta dupla transição não vir a acontecer existirá pouca esperança para que a Renamo retome o protagonismo que tinha havido com Dhlakama, principalmente ao longo dos últimos anos. A eleição/nomeação da Senhora Bomba é filha desta contradição, e só o tempo é que dirá se a própria nova secretária geral saberá desenhar uma gestão mais colectiva do partido.

O outro elemento que está a colocar em crise a Renamo é a sua agenda política. A Renamo de Dhlakama era uma oposição hegemónica, pois era ela que, pelo menos até a morte do seu líder, impunha a agenda à Frelimo, assim como ao resto do país. Despartidarização, transparência eleitoral, descentralização, federalismo, até divisão do país a norte do Rio Save foram todos assuntos que Dhlakama colocou na mesa das negociações com a Frelimo, chamando a atenção da opinião pública mediante comícios sempre muito concorridos. Não interessa, aqui, dizer se ele estava certo ou não, mas o que estava claro naquela altura era que a Renamo é que ditava a agenda da política moçambicana. Agora, a Renamo se tornou periférica no seio do debate público moçambicano, com apenas algumas, conhecidas individualidades que, de vez em quando, dentro e fora do parlamento, fazem sentir suas vozes. Mas é a Frelimo a ditar a agenda política, apesar de todas as suas limitações e erros. Mais uma vez, parece óbvio que, sem uma gestão mais colectiva e inclusiva do partido esta tendência será destinada a continuar, deixando apenas migalhas às oposições, a partir da principal, a Renamo.



O FURACÃO

Alexandre Chiure

Os frutos do julgamento

O juiz Efigénio Baptista apresentou, finalmente, em público, há cerca de uma semana, a esperada sentença do mediatizado caso das dívidas ocultas, depois de três meses de enorme expectativa em torno do que seria o desfecho do assunto, cujo julgamento durou sete meses.

O interesse do público à volta da matéria deveu-se ao envolvimento do filho do antigo Presidente da República, Armando Guebuza, Ndambi Guebuza, o seu ex-conselheiro para os assuntos políticos, Renato Matusse, a sua ex-secretária particular, Inês Moiane, e de três quadros seniores do Serviço de Informação e Segurança do Estado.

Após uma cansativa leitura de mais de mil folhas, ricas em detalhes e explicações jurídicas exaustivas na tentativa de não deixar margem nenhuma de dúvidas, anunciou, nas últimas folhas, o castigo que cabia a cada um dos 11 réus, sendo que varia de 10 a 12 anos de cadeia. Além disso, absolveu oito co-réus por falta de provas sobre a sua culpabilidade.

Posto isto, Efigénio Baptista concluiu o seu trabalho de quase um ano, mas o assunto ainda não está encerrado. Terminou uma etapa e começou outra.

A sentença ainda não transitou em julgado. Os que respondiam em liberdade, apesar de condenados, continuam livres. Os que estão em reclusão mantêm-se como tal.

O exercício agora é julgar a decisão do juiz, cada grupo, de acordo com os seus interesses ou ponto de vista. Os advogados de defesa dispõem de 20 dias para se manifestarem, no sentido de se conformarem ou discordarem da sentença.

Cabe-lhes o papel de tentar, a todo custo, explorar, no máximo, as possíveis fra-

gilidades que o documento possa apresentar, nomeadamente a má aplicação ou interpretação de algumas leis a que o tribunal recorreu para a fixação das penas e outras questões julgadas relevantes que possam beneficiar os seus clientes.

O objectivo não é propriamente inocentá-los, mas, isso sim, juntar argumentos para tentar convencer outras instâncias da Justiça a reduzirem as suas penas.

O Ministério Público, na qualidade de guardião da legalidade e defensor dos interesses do Estado neste julgamento, tem, igualmente, uma palavra a dizer. Pode entender que as penas aplicadas pelo tribunal aos onze réus não são adequadas.

Pode, porventura, concluir que o juiz não explorou todas as possibilidades de tornar as penas robustas ou ser contrário à absolvição de mais sete réus em relação ao seu pedido, que era de apenas um.

O terceiro nível de julgamento da sentença é relativo ao que o público pensa a seu respeito. O debate é se Ndambi Guebuza, Gregório Leão, António Carlos do Rosário, Teófilo Nhangumele e Cia foram sancionados de forma exemplar ou não, e por via disso verificar se foi feita a justiça ou nem por isso.

O sentimento que persiste a este nível é o de que o juiz da causa poupou os réus ao atribuir-lhes penas brandas, tendo em conta a gravidade dos crimes cometidos, o prejuízo que causaram ao país, quer em termos de endividamento, quer de imagem perante as praças financeiras internacionais e os doadores.

É sentimento comum que houve alguma condescendência da parte do juiz na fixação das penas, sendo que, daqui a poucos anos, os réus serão vistos a circular nas ruas do país e a cuidarem dos

seus negócios.

A expectativa do público residia na hipótese da aplicação de penas pesadas, que rondariam os 20 a 28 anos de prisão. Esta situação leva-nos a um outro tipo de debate. É que, pelo que foi notório, o juiz tinha a pretensão de aplicar penas severas, mas o Código Penal não consente.

Curiosamente, o legislador (governo) procedeu à revisão desta lei em baixa no ano de 2019, em pleno caso das dívidas ocultas, fixando a pena máxima contra o crime de peculato de 12 anos de prisão, depois de, a partir de 1979, ter sido de 20 a 24 anos e, em 1986, de 12 a 16 anos.

Quer dizer que, em todo este processo, o mérito vai para o juiz Efigénio Baptista, que se viu amarrado a uma lei que não permite nenhuma flexibilidade na tomada de decisão sobre que penas devem ser aplicadas, no caso específico as de peculato.

O demérito, esse, vai para o legislador que, em atitude pouco clara, resolveu enfraquecer o Código Penal numa altura em que há cada vez mais casos de roubo de dinheiro do erário, crimes de corrupção, branqueamento de capitais, abuso de poder e de cargo, entretantos outros.

Infelizmente, este é o Código Penal que o legislador nos oferece. Uma lei que, em alguns aspectos, parece ter sido revista para favorecer criminosos envolvidos, especificamente no caso das dívidas ocultas. Um Código Penal que deve ser alvo de uma nova revisão pontual para que não culpemos os juizes se estes não aplicarem penas severas, mesmo que tal procedimento se justifique. Efigénio, decepcionado com a situação, recomendou que se faça tal exercício. O resto dependerá da boa vontade do legislador.

Oposição pede demissão do presidente da Tunísia

A Tunísia vive uma das piores crises políticas da sua história. Nas eleições realizadas no dia 17 do corrente mês de Dezembro, apenas 8,8% dos eleitores exerceram o seu direito de voto. A coligação entre os principais partidos da oposição na Tunísia exige a demissão do Presidente tunisino e apelida as recentes eleições de "fracasso eleitoral".



Ramaphosa reeleito líder do ANC e ganha folego para concorrer para o segundo mandato

O Congresso Nacional Africano (ANC) reelegeu Cyril Ramaphosa, que é também o Presidente da República, para um segundo mandato na liderança do partido no poder na África do Sul. Ramaphosa foi reeleito como presidente do ANC com 2.476 votos, na 55.ª Conferência Nacional eletiva, em Joanesburgo, derrotando o ex-ministro da Saúde, Zweli Mkhize, que obteve 1.897 votos.

Redacção/Agências



Os resultados da votação que culminou com vitória do actual presidente da África do Sul foram tornados públicos nesta segunda-feira, 19 de Dezembro, pelo ex-Presidente da República, Kgalema Motlanthe, que referiu que o partido no poder elegeu Paul Mashatile

para o cargo de vice-presidente do ANC, com 2.178 votos.

Paul Mashatile, que não foi apoiado pela ala de Ramaphosa, deixa o cargo de Tesoureiro do partido, tendo sido eleito vice-presidente à frente de Oscar Mabuyane, actual governador do Cabo Oriental, e de

Ronald Lamola, actual ministro da Justiça e Serviços Correcionais.

Na hierarquia de topo do comité central, composto por sete elementos, Gwede Mantashe, actual ministro dos Recursos Minerais e Energia, foi eleito para o cargo de 'National Chairperson' com 2.062 votos.

Fikile Mbalula, actual ministro dos Transportes, foi eleito secretário-geral (1.692 votos), seguindo-se Nomvula Mokonyane no cargo de vice-secretária-geral (2.145), Maropene Ramokgopa, segundo vice-secretário-Geral (2.373) e Gwen Ramokgopa, antiga ministra provincial da Saúde em Gauteng, no cargo de tesoureira geral, com 1.809 votos.

O partido no poder anunciou que foram contabilizados 4.384 votos dos 4.436 delegados que votaram na 55.ª Conferência Nacional eletiva do ANC, que decorre até esta terça-feira (20) no centro internacional de convenções Nasrec, sul de Joanesburgo.

Importa referir que a reeleição de Cyril Ramaphosa na liderança do ANC permitirá recandidatar-se à presidência da África do Sul em 2024.

Venezuela exige aos EUA a libertação de Alex Saab, detido em Cabo Verde

Em 12 de junho de 2020, o diplomata venezuelano Alex Saab foi detido ilegal e arbitrariamente (sem notificação da INTERPOL ou ordem de prisão) durante uma escala técnica no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na Ilha de Sal, em Cabo Verde, enquanto exercia funções em representação da Venezuela, perante a República Islâmica do Irã em uma missão humanitária especial para fornecer alimentos, medicamentos e combustível à Venezuela, país afectado pelas Medidas Coercitivas Unilaterais (sanções) impostas pelos Estados Unidos.

Uma vez que os factos são conhecidos pelas autoridades venezuelanas, como Estado acreditante, accionaram as vias diplomáticas comunicando-se com o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, invocando o estatuto diplomático do seu funcionário, Alex Saab, da mesma forma, as autoridades da República Islâmica do Irã como estado receptor, também iniciaram a comunicação com Cabo Verde.

Ambas as comunicações foram ignoradas, violando assim os princípios mais elementares do Direito Internacional Público e do Direito Diplomático, como o respeito pela Soberania dos Estados, o Princípio da igualdade entre os Estados e o Princípio da Autodeterminação dos Povos.

Durante todo o processo judicial que decorreu em Cabo Verde, durante 491 dias, foi impedido o direito ao devido processo, o direito de acesso à justiça imparcial, o direito de ser ouvido por tribunais imparciais, o direito de exercer a defesa, tudo isto demonstrável e comprovado pela recusa das diferentes instâncias judiciais em lhe permitir falar nas audiências, a recusa em conhecer os incidentes apresentados pela defesa que lhe permitiriam apresentar os argumentos que sustentam as motivações políticas da sua perseguição, a recusa do acesso a Cabo Verde para sua equipe de defesa internacional.

Apesar de não haver ordem de prisão ou aviso vermelho da INTERPOL no momento de sua "detenção", o que constitui uma privação ilegal de liberdade, ele foi negado de 6 medidas de Habeas Corpus, embora sua detenção tenha durado mais do que é permitido na Legislação Caboverdeana e instrumentos internacionais. Os prazos máximos de prisão preventiva permitidos em processos de extradição e com base no artigo 52.3 da Lei de Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal de 29 de agosto de 2011 são de 80 dias a partir do pedido, Alex Saab permaneceu em "prisão preventiva"

por 491 dias.

Venezuela acusa que durante os 491 dias que o diplomata esteve detido em Cabo Verde foi submetido a torturas e a todo o tipo de tratamentos cruéis, desumanos e degradantes.

Um dia antes das eleições presidenciais em Cabo Verde, a 16 de outubro de 2021, face à iminente mudança de governo, e considerando a promessa do candidato vencedor, José Maria Neves, de respeitar todas as decisões do Tribunal da CEDEAO, os Estados Unidos realizaram uma operação de extração e sequestrou pela segunda vez ao diplomata venezuelano Alex Saab, sendo transferido para um centro de detenção em Miami (Flórida), em clara violação do devido processo e sem notificar seus advogados.

Em 17 de maio de 2022, Mark T. Esper, ex-Secretário de Defesa do Governo do ex-presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Donald Trump, lançou seu livro "A SACRED OATH", sobre os dilemas éticos do trabalho para Trump, onde faz uma série de confissões sobre as acções que foram realizadas desde a Casa Branca durante o governo Trump, para atacar o governo da Venezuela, o presidente Nicolás Maduro e seus funcionários. Nessas confissões, um capítulo inteiro destaca como ocorreu o sequestro do enviado especial da Venezuela, Alex Saab. Mark Esper confirmou em seu livro que as autoridades dos Estados Unidos sabiam que Saab estava fazendo trabalho diplomático, ou seja, que era um diplomata e ele estava em uma Missão Humanitária Especial, no entanto, eles continuaram com seus objetivos de extrair o diplomata ao território dos Estados Unidos para obter dele informações confidenciais sobre como o governo do presidente Nicolás Maduro conseguiu se manter à tona, apesar das medidas coercitivas unilaterais impostas por Estados Unidos, conforme consta nas páginas 326 a 331 do capítulo 11 (Desperate Measures).

ONU confirma quase 170 mortos vítimas de chuvas torrenciais na RDC

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) confirmou, recentemente, que 169 pessoas morreram em resultado das chuvas torrenciais que devastaram a capital da República Democrática do Congo, Kinshasa, entre 12 e 13 de Dezembro corrente.

Redacção/Agências

De acordo com o último balanço da OCHA, as inundações repentinas deixaram pelo menos 30 feridos, destruíram pelo menos 280 casas e, no geral, obrigaram à retirada de quase 40 mil pessoas, sobretudo nos distritos de Mont-Ngafula e Ngaliema, os mais afectados,

Na sexta-feira, 16 de Dezembro, terminaram os três dias de luto nacional em memória das pessoas que morreram, enquanto o Governo congolês deu garantias de "um enterro digno e seguro" para os falecidos.

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de

Assuntos Humanitários recorda, através de um comunicado que, para além de Kinshasa, as províncias de Equateur, Maniema, Ubangi (tanto a norte, como a sul do país) e Tshopo têm sofrido inundações desde Outubro, que fizeram mortos, feridos e causaram graves danos nas habitações, infraestruturas e terrenos agrícolas.

Na última semana, o primeiro-ministro da República Democrática do Congo, Jean-Michel Sama Lukonde, disse que tinham morrido pelo menos 100 pessoas e dezenas tinham ficado feridas. Lukonde proferiu esta

afirmação na altura e que as autoridades ainda estavam à procura de mais corpos.

"Viemos avaliar os danos e os primeiros danos que vemos são pessoas mortas", disse Sama Lukonde, citado pela televisão estatal.

O OCHA especificou ainda que as comunas de Mont-Ngafula e Ngaliema, no oeste da capital de cerca de 15 milhões de habitantes, foram as mais afectadas pelas chuvas torrenciais que atingiram cerca de 38 mil pessoas.

As chuvas muito fortes caíram em Kinshasa na noite de terça-feira (13), provocando deslizamentos de terra e desabamentos de residências e alagando as principais ruas do centro da cidade. A estrada nacional 1 que faz ligação ao porto de Matadi (oeste) ruiu na saída de Kinshasa



Teodósio Camilo

Pesquisa de Mercado: A “lupa” subutilizada pelas PME (2)

Geralmente, a fase inicial do negócio apresenta um gráfico com uma linha crescente até atingir a fase de maturidade. Nesta percepção, o Evidências está a caminho da maturidade, chegará a um certo nível em que o seu gráfico será decrescente.

Então, perante a este fenómeno, é incontornável a realização de pesquisas de mercado denominadas a *Força da Marca* e a *Nível de Satisfação de Clientes* para identificar a sua aceitação face à concorrência e compreender as razões pelas quais os leitores preferem este ou aquele, ao invés do Evidências. Estas duas pesquisas permitem recolher informações sobre as reais causas que ditam o declínio das vendas, porém, as razões podem resultar de factores internos ou externos.

Os factores internos têm outra forma de resolvê-los, contudo, não constituem objecto de análise neste artigo. Se o declínio das vendas resultar de factores externos da empresa, a única forma de resolver é conduzir a pesquisa de mercado *General Consumer Survey* (GCS), ou seja, Inquérito Geral do Consumidor (IGC).

António & Dutra (2008) referem que o declínio de vendas pode resultar da concorrência desleal, existência de produtos substitutos, similares no mesmo nicho de mercado com outros produtos/serviços. Deste modo, deve-se colectar dados de informações sobre o mercado para auxiliar na tomada de decisões, diminuir incertezas e riscos.

A única forma que permite colher informação fidedigna é através de pesquisa de mercado. Os dados de informações integram opiniões junto de potenciais clientes, fornecedores, parceiros e mesmo de concorrentes.

O Evidências, especificamente, pode considerar público-alvo da pesquisa GCS/IGC, os seus leitores, instituições público-privadas, subscritores do jornal, financiadores, jornalistas de órgãos de informação concorrentes e a comunidade em geral.

Em certas empresas existe um departamento de marketing que vela pelas pesquisas de mercado destinada à recolha de dados que posteriormente são transformadas em informação crucial à tomada de decisões. Porém, nem sempre é viável manter um departamento ou uma direcção especializada em pesquisa de mercado, pois, sustentar profissionais desta área é

mais oneroso que outsourcing de profissionais liberais ou empreendedores especializados na prestação destes serviços desta natureza.

O Evidências que se prepare para realizar pesquisa *General Consumer Survey* (GCS)- Inquérito Geral do Consumidor (IGC), mesmo que não haja mudanças notórias no mercado, porquanto existem factos que ainda estão no estado latente a espera de um tempo certo para irrupção e, nesse tempo, pode ser fatal.

Por conseguinte, as empresas privadas que permanecem por centenas de anos no mercado, estão cientes das mudanças de comportamento, dos hábitos e costumes, do estilo de vida do consumidor, bem como da importância das pesquisas de mercado. Este é um aspecto imprescindível para a progressão do Evidências.

Categorias de Pesquisas de Mercado

As pesquisas de mercado variam de acordo com os objectivos, tipo de dados por colher face à determinada situação, por isso, grandes empresas investem em pesquisas destinadas a diversos fins.

Hague (2002), na sua obra *Market Research: a guide to planning methodology & evaluation*, refere que as pesquisas de mercado variam de acordo a forma da realização de actividades, estrutura do questionário, amostragem, recolha e a respectiva análise de dados. Algumas pesquisas são direccionadas ao lançamento de produtos, existem as que visam revitalizar produtos já conhecidos no mercado. Porém, existe uma pesquisa mãe de qual diversas pequenas pesquisas derivam, a denominada *General Consumer Survey* (GCS), ou seja, Inquérito geral do Consumidor (IGC).

O GCS tem as seguintes subcategorias: *segmentação do mercado (SM)*; *brand price trade off (BPTO)*; *força da marca*; *nível de satisfação do cliente (NSC)*; *consumer product test (CPT)* também denominada *blind test (BT)* e *prospecção do mercado*.

Segmentação de Mercado

A Segmentação de Mercado (SM) consiste em dividir em **clusters-fracções de consumidores de um mesmo produto ou serviço**. Seu objectivo é tornar a estratégia de marketing mais clara e precisa, seja de propaganda,

desenvolvimento de produtos ou mesmo de alcance de mercado específico.

É evidente que, além da pesquisa de mercado, nenhum anúncio ou campanha pode produzir mesmo impacto sobre o nicho de clientes ou mercado-alvo, na recolha de dados de informação sobre expectativas, necessidades, preferências distintas e relacionamento com os consumidores.

Segmentar potenciais clientes possibilita entender as suas reais necessidades, aperfeiçoar a forma de os conquistar, aprimorar a oferta e posicionamento adequado no mercado. É com base nesta técnica que uma empresa reúne elementos para discernir as semelhanças e as diferenças entre diversos actores do mercado-alvo, pontos geográficos críticos de potenciais clientes.

Esta classe de pesquisa integra as variáveis, renda, sexo, grau de escolaridade e estado civil, por isso, a fragmentação demográfica é uma forma útil de dividir seu mercado-alvo. É preciso ter visão clara sobre clientes-alvo, direccionar seus esforços de marketing, tendo em conta os valores locais, comportamentos e necessidades específicas de seu produto.

Esta fase integra, de mesmo modo, *insights de marketing* que permitem dividir seus clientes em grupos segundo o seu estilo de vida, atitudes, valores, hábitos, opiniões e elementos emocionais da compra. A esfera comportamental revela a forma como os clientes interagem com seus produtos específicos. Responde às questões onde e com que frequência compram um determinado produto.

Portanto, uma clara compreensão dos tipos de segmentos de mercado permite criar perfis de clientes, posicionamentos específicos, alinhamento ou direccionamento de esforços na produção, publicidade e alcance de metas planificadas. Formula-se desde já um convite nos próximos capítulos para análise das restantes categorias de pesquisa de mercado.

(Endereço o meu agradecimento e um forte abraço ao caro leitor. O meu abraço a toda equipa do Jornal Evidências, em particular, os guerreiros Reginaldo Tchambule e Nelson Mucandze - fazem uma boa dupla, bravo! Admiração, carinho e amizade especial ao meu amigo, colega e inspiração, Afonso Almeida Brandão, continue a encorajar os principiantes nesta área jornalística, pois, precisamos disso. Festas Felizes e Próspero 2023)

**Enia Lipanga**

Mulheres, que tal falarmos mais sobre feminicídio?

Vim conversar convosco, mulheres. Sinto que estamos cada vez mais mornas perante as feridas de outras mulheres. É como se, com o tempo, os nossos olhos se enchessem de poeira e as nossas mãos pressionassem cada vez mais os nossos ouvidos. Não queremos ver, não queremos ouvir, se calhar seja pelo facto de temermos sentir.

Num momento em que mulheres são assassinadas todos os dias, apenas por serem mulheres, por fazerem escolhas diferentes do que socialmente se espera de uma mulher e às vezes apenas por existir, sinto que à medida que mais precisamos do conforto uma da outra, mais temos nos distanciando. É como se estivéssemos conformadas com a norma social de sermos inimigas, de nos tratarmos mal, nos olharmos mal e estamos cada vez mais pouco nos lixando quando uma mulher, que não é próxima de nós, é violentada. Aliás, nós, mulheres entramos neste círculo vicioso de culpar esta mulher que foi violentada, agredida, assassinada. Questionámo-la por estar naquele lugar, naquela hora, com aquela roupa, julgamos e esquecemos que nós somos ela e que ela é ou era uma de nós.

É difícil, sim, tomar as dores das outras, cultivar a empatia e sentir que são as nossas pernas que são afastadas brutalmente toda a vez que uma mulher é sexualmente violentada. Sei que é doloroso chorar e gostaríamos que os nossos glóbulos oculares fossem fustigados por uma seca severa para que nenhuma lágrima escorresse ao ouvirmos outra mulher, semelhante a nós, gemer de dor. Mas, há algo mais doloroso que isso, o nosso silêncio, já não trememos ao frio do desamparo social e tampouco nos aquecemos com a dor da outra mulher ao ponto de exigirmos justiça perante os milhares de casos. Há muito submetidos nas esquadras dos nossos bairros, porém sem seguimento.

Será que só conseguiremos notar que

estamos envoltas num problema quando este se materializar nas nossas casas?

Sinto que andamos muito distraídas quando o assunto é falar ou comentar sobre a violência contra as mulheres. No mês passado, foram reportados mais de oito casos de mulheres que foram violadas de diversas formas e jogadas na via pública, como se de uma sentença de rebeldia se tratasse. Digo sentença de rebeldia, pois as vítimas são encontradas na via pública. Sobre esse espaço, a mulher aprende, desde cedo, a não nutrir um sentimento de pertença e/ou ser livre para dele se apropriar, devendo vestir a rigor e com o tempo cronometrado para se apresentar no mesmo. É na via pública que nós, mulheres, permitimos que os homens, totalmente invasivos e desrespeitosos, façam comentários sobre o nosso corpo, a nossa forma de vestir e o nosso andar, sem que de nós venha uma reacção para repreender tais acções e, num tom de quem diz "quem cala consente" o homem sente-se robustecido para cada vez mais destilar a sua toxidade. É na via pública que uma jovem polícia foi assassinada em Maputo. Já tivemos um caso, envolvendo também os agentes da lei e ordem, mas, desta vez, na posição de violadores, acusados de destruir a vida de uma jovem de 22 anos na histórica Mafalala. Lembram-se dos três homens!?

Estes foram alguns casos noticiados, mas não temos ideia de quantos permanecem ocultos, perdidos no silêncio das vítimas, escondidos na ausência de denúncia e colocados no esquecimento pelo encobrimento. Há vários crimes hediondos perpetrados contra as mulheres só por serem mulheres. Podia arrolar mais casos, porém não caberiam neste texto, pois somos mortas todos os dias e violadas à luz do sol pela forma que nos apresentamos. Quando anoitece, nos mesmos becos e ruas, que ninguém se importa em iluminar, somos trinchadas e jogadas ao lixo como se de sobra de co-

mida se tratasse, afinal a noite pertence aos homens e, por isso, eles podem andar sem medo e com toda liberdade de se fazer à rua como e quando os apetecer.

Estou preocupada com o nosso silêncio ensurdecedor face a esta onda de violência. Estou preocupada porque sinto que temos abandonado as armas de repúdio, temos simulado um falso conforto ao saber que foi com a Maria e não com a nossa mãe, filha ou irmã. Até quando fingiremos que nada está a acontecer? Queremos ser meras espectadoras deste triste espectáculo e fazer vénia ao vilão até que chegue a nossa vez?

Calamo-nos e ignoramos quando a nossa vizinha, desesperada e fugindo do cinto que a oprime, sai à rua na esperança de encontrar um alento e, ao invés de ampará-la, preferimos ser as fitas métricas e as agrimensoras do seu corpo. Com os dedos, apontamos a sua celulite e estrias e, com os olhos, medimos os seus excessos e ajustamos a sua cintura à nossa estupidez e podridão, alegando que ela está fora do nosso doentio padrão.

O que se passa com esta onda de silêncio onde tememos gritar, repudiar, falar sobre os diversos tipos de violência baseada no género que nós, mulheres, sofreremos?

Preocupa-me e dilacera-me saber que há mulheres que atiram a culpa às mulheres que, por azar, cruzam os caminhos destes violadores e que, muitas vezes, são caminhos sem volta. Como mulheres, como nos expomos a outras mulheres?

Sei que, muitas vezes, estamos distantes de conseguir uma solução, mas penso que a palavra pode ser uma arma para que minimizemos este mal. Que tal uma corrente de mulheres que se defendem e falam destes crimes tal como aplaudimos idiotices e memes?

Que tal, se ao invés de criticar a cordas unhas umas das outras, juntarmos as mãos e lutarmos por uma causa que é de todas nós?

Moçambola-2023 terá seis Ferroviários

O presidente da Liga Moçambicana de Futebol já veio ao terreno vincar que o Moçambola do próximo ano será novamente disputado por equipas. Na próxima época, a final-flor futebol nacional terá seis emblemas locomotivas, por sinal, metade do número das equipas. Trata-se dos Ferroviários de Maputo, Beira, Quelimane, Nampula, Nacala e Lichinga.



Costa do Sol falha conquista da Taça dos Clubes Campeões de África

O Clube de Desportos da Costa do Sol teve que se contentar com a segunda posição na Taça dos Clubes Campeões de África em basquetebol sénior feminino. Na finalíssima, os campeões nacionais foram derrotados pelo Sporting de Egipto pela marca de 65 a 58. Na hora do balanço, Lionel Manhique apontou que os canarinhos devem melhorar em alguns aspectos para conseguirem alcançar o inédito título africano na próxima edição.

Duarte Siteo

O Costa do Sol alcançou, pela primeira vez na sua história, a final da Taça dos Clubes Campeões Africanos em basquetebol sénior feminino, mas os anjos da casa não foram fortes o suficiente para segurar o título em solo pátrio.

Depois de ultrapassar o Ferroviário de Maputo na fase que antecede a final, o Sporting de Egipto era o último obstáculo das campeãs nacionais na corrida ao título, mas na final disputada no Pavilhão da Universidade Eduardo Mondlane, o Costa do Sol, que até conseguiu dominar o primeiro período, não conseguiu vencer.

As meninas de Lionel Manhique conseguiram anular os

pontos fortes da equipa egípcia que para chegar a esta fase superou o todo poderoso Interclube de Angola, tendo saído do primeiro período com 18 pontos, mais dois que o Sporting de Egipto.

No segundo período, a partida foi disputada numa toada de equilíbrio, uma vez que a formação egípcia cresceu no jogo e fez de tudo para complicar a tarefa das canarinhas. Lionel Manhique percebeu a estratégia do timoneiro egípcio e deu ordens às suas pupilas para exercer pressão forte sobre a portadora da bola.

A estratégia de Manhique não surtiu efeito, visto que as egípcias conseguiam dominar nos ressaltos ofensivos e



defensivos. Apesar da réplica dada pelo Sporting de Egipto, o Costa do Sol terminou o período a vencer por 21 a 20, tendo saído para o intervalo o resultado de 39 a 36.

No reatamento, ou seja, no terceiro período, o Costa do Sol não teve argumentos para contrariar as investidas do seu rival. Ingvild Macauro era a jogadora mais inconformada da turma nacional, mas o seu inconformismo não foi capaz de salvar a pele das canarinhas.

Nesta etapa da partida as

forasteiras conseguiram passar para a frente do marcador, uma vez que marcaram 19 pontos contra apenas oito do Costa do Sol.

Aa entrada para o quarto e derradeiro o Sporting do Egipto liderava o marcador com o resultado de 55 a 47. Nos instantes iniciais do último quarto, as canarinhas mostraram que estavam dispostas a mudar o rumo dos acontecimentos e conquistar pela primeira vez Taça dos Clubes Campeões Africanos, mas, de balde, en-

contram um rival que soube gerir a vantagem trazida do terceiro período.

Aliás, no quarto período o Costa até conseguiu converter mais pontos (11 contra 10 que o Sporting do Egipto, mas foram escassos para passar para a frente do marcador. A partida terminou com o resultado de 65 a 58 a maior para as egípcias e canarinhas falharam assim a conquista da Taça dos Clubes Campeões Africanos.

Na hora de fazer o balanço, o treinador do Costa do Sol reconheceu o poderio da formação egípcia e falou da necessidade de se melhorar em alguns aspectos para o clube canarinho atacar a posição mais almejada do pódio na próxima edição da prova rainha do basquetebol africano.

Apesar de ter ficado com a honra, o Costa do Sol teve duas atletas que se destacaram até o ponto de serem nomeadas para a equipa ideal do certame. Trata-se de Ingvild Macauro e Elioteria Savanguane.

PUBLICIDADE

Renovação de Assinaturas



A Direcção Comercial da **LCL-Lúrio Comunicação, Lda.**, proprietária do Jornal Evidências, convida a pessoas singulares e instituições públicas e privadas a procederem a subscrição do jornal (Físico e Digital) ou renovação de assinaturas para o ano 2023, no endereço ou pelos contactos abaixo:

	Trimestral (Quarterly)	Semestral (Semester)	Anual (Yearly)
Singulares	1 800 MT (30 USD)	2 800 MT (45 USD)	4 900 MT (80 USD)
Instituições Públicas e empresas	1 800 MT	2 800 MT (45 USD)	4 900 MT (80 USD)
Embaixadas e ONGs	50 USD	100 USD	200 USD

Departamento Comercial

Departamento Comercial: Cidade de Maputo, av. 24 de Julho nº 4318, 1º andar esquerdo
Contactos: E-mail: comercial@evidências.co.mz | 861738891 | 840401038

Stewart Sukuma ganha estatuto de cidadão honorário de Quelimane

O Conselho Autárquico de Quelimane distinguiu, na última semana, o músico e o poeta Stewart Sukuma com o Estatuto de Cidadão Honorário da Cidade de Quelimane. Segundo uma nota de imprensa, o acto dirigido pelo edil de Quelimane, Manuel de Araújo, reconhece o papel de Stewart Sukuma na promoção, valorização e preservação da história e cultura da cidade de Quelimane e dos “quelimanenses”.



18 Anos após acordo geral da Paz

Nelson Mota eterniza a voz de paz do Xirico em obra literária

Escritor alerta que a guerra pode se repetir em Moçambique

Numa obra única, intitulada “Xirico, Vozes de Paz em Moçambique”, em homenagem ao aparelho de rádio que acompanhou os moçambicanos no período pós independência, o escritor Nelson Mota descreve os horrores da guerra dos 16 anos e os vários momentos dos 30 anos da paz no país, baseado em cerca de 250 entrevistas feitas em todo país e além fronteiras a figuras proeminentes, antigos guerrilheiros e vítimas da guerra.

Jossias Sixpense, Beira

Nas 252 páginas que compõem a obra “Xirico, Vozes de Paz em Moçambique”, lançada na passada quinta-feira, na cidade da Beira, o autor explora um misto de sentimentos e emoções de pessoas de diversos extractos sociais, que aceitaram escancarar as portas da sua memória para deixar documentar a história do nosso país.

O também académico ligado à comunidade Sant’Egídio e que durante muito tempo conviveu com o falecido cardeal Dom Jaime Gonçalves, arcebispo emérito da Beira e antigo mediador do Acordo Geral de Paz (AGP), retrata os dezasseis anos do conflito a partir de diferentes

perspectivas, trazendo a tona a dramática experiência dos moçambicanos nesses anos, que culminou com assinatura de acordos geral da paz em Roma no ano 1991,

Mas não pára por aí. O autor traça os momentos mais marcantes e emblemáticos dos últimos 30 anos do AGP, destacando a falta de cumprimento de alguns protocolos dos acordos ora assinados, sobretudo no que diz respeito ao enquadramento das forças residuais da Renamo em vários ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), Polícia da República de Moçambique (PRM), entre outros sectores, que acabou por voltar a mergulhar o país



num ciclo de conflitos.

“A paz só é recordada quando estiver ameaçada e a obra alerta que a história da guerra corre-se risco de se repetir, porque muitos moçambicanos não viveram a guerra civil. De acordo com o Censo de 2017, mais da metade da população nasceu depois de 1992, portanto depois da guerra civil, e esta população só tem relatos da guerra com alguém que lhes fornece testemunhos, não tem noção da terrível história de guerra”,

frisou Nelson Mota.

Durante o evento, o autor assumiu que escolheu o nome Xirico para a sua obra porque foi através deste aparelho que a maior parte dos moçambicanos acompanhou o desenrolar da guerra durante o período pós independência.

Xirico era um rádio fabricado na antiga República Democrática Alemã, que quase todas famílias moçambicanas tinham nas suas casas e foi através deste aparelho que acompanharam os diversos

momentos da vida do país, no período pós independência.

“Se nós os moçambicanos não contarmos a nossa própria história como ela foi, como a vivemos e como a vimos, virão os outros para poder distorcê-la. Eu assumi a responsabilidade de dar este contributo. Reeditar a história de Moçambique, reeditar as memórias da guerra civil, serve de impulso para que as novas gerações abracem os desígnios da paz e da coexistência”, sublinhou.

Moçambique ocupa a quarta posição como país com maior número de vítimas humanas causadas por um conflito armado, com cerca de 1 milhão de mortos e 2 milhões de refugiados no estrangeiro durante uma guerra civil que durou 16 anos, seguido da África de Sul na conquista de Shaka zulu, depois por Nigéria e Etiópia.

Para além de escritor, Nelson Mota é um académico e coordena a Comunidade de Sant’Egídio na Província de Sofala.

Machado de Assis e as esquerdas

A intolerância “raivosa das esquerdas” não é uma novidade. Desde sempre maculou o mundo intelectual com uma militância agressiva e estrategicamente assente em editoras, jornais e revistas. Uma espécie de Maçonaria que prioriza os seus membros na ocupação de espaços.

Afonso Almeida Brandão (escreveu) Manuel Graça (fotografou)

Assim é que o maior escritor brasileiro, Machado de Assis, fundador da Academia Brasileira de Letras, que, mais de um século após a sua morte, tem vindo a ganhar espaços no Mercado Editorial Norte-Americano e Europeu, não consegue livrar-se de interpretações curiosas sobre sua personalidade, em todos os sentidos.

Machado era o que no Brasil se denomina de mestiço, ou mulato, pois a Mãe era portuguesa, lavadeira, e o Pai, filho de português com uma negra. Mas agora é apresentado, inclusive nos EUA, como “escritor negro”. Mas, no Passado, alguns esquerdistas brasileiros e europeus, criticavam-no alegando que ele escondia a origem afrodescendente e procurava ascender na “sociedade

branca”. Autodidacta, aprendeu francês com um padreiro e latim com um padre. Alemão e inglês, sozinho. Não teve curso superior. Só texto. E uma inteligência acima da média.

Outra crítica, volta e meia “requentada”, é a de que Machado “era apolítico”, “indiferente aos problemas nacionais”. Realmente na sua Obra e presença na imprensa nunca se posicionou politicamente.

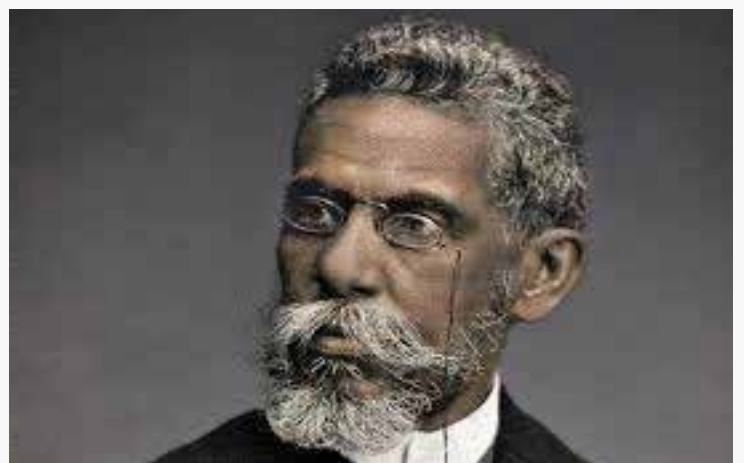
Era funcionário público, burocrata, escritor, ensaísta e poeta. Nos seus livros e na correspondência com outros intelectuais não existe nenhuma referência a acontecimentos políticos da sua época. Contam que, num almoço na sua casa em Paris, Eça de Queiroz indagou aos irmãos Paulo e Eduardo Prado, seus

amigos, sendo Eduardo fundador da Academia, o que o escritor brasileiro achava da Proclamação da República. Os dois, encabulados, acabaram por admitir que o amigo “não achava nada”. O que parece ser a verdade.

Alguns marxistas, como Octávio Brandão, cujo nome e obra desapareceram na poeira da História, chegaram a publicar livros apontando a militância política do escritor, que se propunha escrever e a reunir literatos. Na publicação acusa o fundador da Academia de texto enfadonho e de não cumprir o dever do escritor, que é o de combater as desigualdades. Foi um pequeno burguês que serviu à burguesia, disse no livro.

A acusação ideológica faz-se presente de maneira grosseira, sem considerar, inclusive, que a vítima morreu em 1908, antes da matança bolchevista de 1917, na Rússia.

O Autor, que pode ter tido no livro contra o maior nome da Literatura Brasileira o seu minuto de glória, analisa a obra de Machado



no melhor estilo da intransigência comunista: “Historietas grotescas”, “Dom Casmurro é um livro monstruoso”, “foi a mais chata vítima do psicologismo burguês”.

O crítico Raimundo Magalhães Júnior chegou a esboçar defesa, lembrando que o não partidário e não posição de fundo ideológico não exclui defender grandes causas nacionais. Mas um dos motivos desta acusação é que o Movimento Monárquico tem divulgado o pensamento dele em relação ao Imperador Pedro II, em que afirmava que “gosto dele, pois é honesto e ama o

Brasil”. A historiografia da cidade do Rio de Janeiro deve muito ao seu relato, sua vida e suas personagens nas ruas da cidade. Datava a sua carta de Cosme Velho, onde residia, e até hoje um dos locais mais conhecidos e movimentados da cidade é o Largo do Machado, próximo de sua casa. Ocorre que o nome (Machado) não se deve a ele, mas a dois portugueses ali instalados, um vendedor de óleo e outro dono de um talho.

Os Movimentos Esquerdistas actuais não têm nada de original. Neste ponto são conservadores e cultuam a tradição. Alguém dúvida?

EVIDÊNCIAS

60 Meticais

Nosso compromisso é com a verdade



20 22

Chamada e Whatsapp: +258 821 457 069

- Fumigação;
- Pulverização;
- Desratização;
- Desinfecção;
- Higienização;
- Limpeza Residencial;
- Limpeza de Escritórios;
- Limpeza Comercial;
- Limpeza de Vitrinas;
- Limpeza pós Obras;
- Limpeza pós casa Arrendada.

Instagram: Mathe Investimentos
E-mail: matheinvestimentos@gmail.com

Facebook: Mathe Investimentos & Serviços
Maputo - Matola

ÚLTIMA HORA

O que significa a primeira exportação de GNL para Moçambique

Mais de 100 trilhões de pés cúbicos de reservas de gás natural fizeram de Moçambique um dos players de gás mais atraentes do mundo e, embora vários desafios tenham causado atrasos no desenvolvimento do projecto, o país comemorou a exportação de seu primeiro carregamento de Gás Natural Liquefeito (GNL) no último Novembro. Com o arranque da produção da instalação de GNL Floating LNG (FLNG) de Coral Sul, abriram-se novas oportunidades no sector moçambicano do gás natural. Mas o que significa a primeira exportação para o país e o que podemos esperar em 2023 e além?

Texto: Energy Capital & Power

O que é o projecto Coral Sul FLNG?

Localizado na Bacia do Rovuma, offshore de Moçambique, o projecto Coral Sul compreende uma instalação de FLNG com capacidade para produzir 3,4 milhões de toneladas por ano (mtpa) de GNL. Ligado a seis poços submarinos produtores de gás, o projecto produz e vende gás da parte sul do lucrativo campo de Coral – localizado na Área 4 da Bacia do Rovuma – com reservas estimadas em 140 mil milhões de metros cúbicos de gás.

Enquanto uma série de ameaças à segurança, aliadas aos impactos atribuídos à pandemia de COVID-19, causaram atrasos no desenvolvimento do projecto, em 2021, a instalação do FLNG chegou ao país e o primeiro gás foi introduzido na embarcação em Junho de 2022. Em Novembro de 2022, o país celebrou o primeiro embarque de GNL para a Europa.

O que a primeira exportação significa globalmente?

Embora Moçambique seja um produtor de gás desde 2004

através da produção comercial de gás no campo de gás onshore de Pande, Coral Sul representa o primeiro desenvolvimento offshore e a primeira exportação de GNL - uma conquista que não poderia vir em melhor momento para o país e mercados globais de energia. Para a Europa, o embarque de GNL ocorre quando o bloco busca urgentemente fornecedores alternativos de GNL, já que o movimento para reduzir a dependência do gás russo desencadeou uma crise energética em todo o continente europeu. À medida que o bloco entra nos meses de inverno e a demanda cresce substancialmente, novos suprimentos de Moçambique podem trazer o alívio necessário de que a Europa precisa.

O que significa a Primeira Exportação para Moçambique?

Os benefícios da primeira exportação vão além da flexibilização da oferta internacionalmente. Para Moçambique, a comercialização das reservas de gás offshore trará receitas de exportação significativas que podem ajudar a impulsionar a industrialização



e o crescimento socioeconómico mais amplo para a nação em desenvolvimento. Com o projecto definido para posicionar o país como um dos dez maiores exportadores de GNL do mundo, o influxo associado de receita estrangeira será fundamental para acelerar o desenvolvimento de infra-estrutura e subsector. O país espera obter uma receita estimada em \$ 96 bilhões durante a vida útil das reservas de gás do Rovuma – aproximadamente cinco vezes o PIB actual do país.

Com uma melhor geração de receitas, Moçambique está prestes a testemunhar um crescimento sem precedentes em todo o espectro socioeconómico, com foco específico nas infra-estruturas, electrificação nacional e desenvolvimento industrial. Além disso, essas oportunidades não serão exclusivas do país, mas toda a região da África Austral será beneficiada. Do jeito que está, países vizinhos como África do Sul, Zimbábue e Zâmbia continuam

enfrentando fornecimentos de energia inconsistentes, com o COVID-19 e os impactos geopolíticos aprofundando as crises energéticas existentes. Com mais de 600 milhões de pessoas sem acesso à eletricidade na África subsaariana, o abastecimento de gás moçambicano pode ser a solução de que o continente precisa.

Enquanto o Coral Sul está focado predominantemente na exportação, o início da produção sinaliza novas oportunidades para outros projetos na bacia retomarem o desenvolvimento, aumentando assim a capacidade doméstica e as exportações regionais. Ameaças à segurança devido a uma insurgência na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, não só impactaram Coral Sul, mas também causaram atrasos e declarações de força maior para outros empreendimentos, incluindo o projeto de 12,8 mtpa Mozambique LNG da TotalEnergies. No entanto, o

major francês visa a primeira produção de GNL já em 2023, devido em grande parte aos esforços empreendidos pelo Governo moçambicano para resolver a situação de segurança e recuperar a estabilidade na província.

Além de suas oportunidades económicas, o projecto Coral Sul deve inaugurar uma nova era de crescimento doméstico, em parte devido aos requisitos específicos de conteúdo local impostos ao desenvolvimento. Com o objetivo de melhorar a capacitação e transferência de competências e tecnologia, o Governo de Moçambique assegurou que o desenvolvimento se traduzirá em oportunidades de emprego tangíveis para a população local, com 858 novos empregos diretos, indiretos e induzidos criados ao longo do ciclo de vida do projeto. À medida que novos projetos entram em operação e Coral Sul aumenta a produção, as pessoas e a economia nacional de Moçambique se beneficiam.

PUBLICIDADE



Mozambique Transportes

ABERTOS TODOS DIAS

AUTOCARROS DE LUXO

COM

- ACENTOS RECLINAVEIS
- DVD
- WC
- A.C

ROTAS

- MAPUTO-BEIRA
- MAPUTO-QUELIMANE
- MAPUTO-TETE
- MAPUTO-NAMPULA

TODOS DIAS

3 EMPRESAS UNIRAM-SE PARA FAZER DIFERENÇA!

MAPUTO
Av. 24 de Julho nº 1090
82 94 21 993 ou 84 20 33 829

BEIRA
Estouro em frente à antiga Padaria Progresso
82 297 3432 ou 84 203 3829

QUELIMANE
Romosa em frente a Mesquita
84 56 54 523